

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LETÍCIA DE AZEVEDO BRASIL

**A PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2000 E O PROCESSO
DE REPRIMARIZAÇÃO**

PORTO ALEGRE

2011

Letícia de Azevedo Brasil

**A PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2000 E O PROCESSO
DE REPRIMARIZAÇÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho

Porto Alegre

2011

POA, 18 de novembro de 2011.

Considerando que o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Letícia de Azevedo Brasil encontra-se em condições de ser avaliado, recomendo sua apresentação oral e escrita para avaliação da Banca Examinadora, a ser constituída pela coordenação do Curso de Graduação em Economia.

Fernando Ferrari Filho
Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Este trabalho pretendeu fazer uma análise das exportações brasileiras no período de 2000 a 2010 com o objetivo de verificar a presença de um processo de reprimarização da pauta de exportações, bem como a caracterização de uma dependência estrutural de *commodities*. Para tanto, foram colhidos dados disponíveis em sites oficiais. Foi feita primeiramente uma revisão bibliográfica sobre as teorias clássicas e modernas de comércio internacional. Posteriormente, demonstrou-se através dos dados coletados que o Brasil passa por um processo de reprimarização da pauta exportadora, não em razão da conjuntura interna, mas do contexto internacional. Esta análise foi feita dividindo-se os bens exportados quanto ao fator agregado, tendo, posteriormente, alguns bens especialmente importantes para a pauta exportadora sido individualmente analisados. A reprimarização ficou evidenciada pelo aumento relativo das exportações de bens básicos e a redução relativa das exportações de bens industrializados. Ademais, verificou-se que essa inversão qualitativa nas exportações ocorreu não por razões relacionadas à taxa de câmbio, mas à alta dos preços das *commodities* como um todo. Finalmente, tratou-se da questão dos bens básicos e pouco intensivos em capital como sendo fonte do superávit comercial obtido ao longo da década de 2000, acarretando em uma dependência estrutural pela exportação de *commodities*.

Palavras-chave: Reprimarização. *Commodities*. Pauta de Exportações. Dependência.

ABSTRACT

This work sought to make an analysis of Brazilian exports in the period between 2000 and 2010 with the objective of verifying the presence of a reprimarization process in the exportation agenda, as well as the characterization of a structural dependence of commodities. For such a thing, the available data was collected in official sites. Firstly, it was made a bibliographic revision about the classic and modern theory of international commerce. After this, it was shown through the collected data that Brazil is experiencing a reprimarization process of exportation agenda, not because of internal conjecture, but international context. This analysis was done by dividing the exported goods by their aggregated factor, having, posteriorly, some especially important goods for the exportation agenda being individually analyzed. The reprimarization was evidenced because of the relative increasing of exportations of basic goods and the relative shrinking of industrialized goods in exportations. Moreover, it was verified that this qualitative inversion in exportation occurred not because of exchange rate reasons, but the generalized rise of commodities prices. Finally, the question of basic good and little intensive in capital was treated, as being a source of the commercial surplus during the 2000 decade, resulting in a structural dependence by the exportation of commodities.

Keywords: Reprimarization. Commodities. Exportation agenda. Dependence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Restrição de produção | 23 |
| Gráfico 2 – Curva de Indiferença | 23 |
| Gráfico 3 – Participação das exportações brasileiras no PIB do Brasil no período de 2001 a 2010 | 29 |
| Gráfico 4 – Comportamento das exportações brasileiras entre 2000 e 2010 em US\$ FOB | 30 |
| Gráfico 5 – Evolução das exportações por fator agregado de 2000 a 2010 (US\$)..... | 30 |
| Gráfico 6 – Evolução das exportações por fator agregado no período de 2000 a 2010 | 31 |
| Gráfico 7 – Evolução das exportações (US\$ FOB) de 2000 a 2010 | 32 |
| Gráfico 8 – Evolução das exportações (%) de 2000 a 2010..... | 33 |
| Gráfico 9 – Comparativo entre exportações de matérias-primas e produtos intermediários (%) entre os anos de 2000 e 2010..... | 34 |
| Gráfico 10 – Evolução das exportações de petróleo e combustíveis em US\$ no período de 2000 a 2010 | 36 |
| Gráfico 11 – Evolução das exportações de petróleo e combustíveis em kg de 2000 a 2010 ... | 37 |
| Gráfico 12 – Evolução das exportações de minérios em US\$ de 2000 a 2010..... | 38 |
| Gráfico 13 – Evolução das exportações de minérios em kg de 2000 a 2010 | 38 |
| Gráfico 14 – Evolução das exportações de soja em US\$ de 2000 a 2010..... | 39 |
| Gráfico 15 – Evolução das exportações de soja em kg de 2000 a 2010..... | 40 |
| Gráfico 16 – Exportação de café (em grão) em US\$ FOB de 2000 a 2010 | 41 |
| Gráfico 17 – Exportação de café (grão) em kg de 2000 a 2010 | 42 |
| Gráfico 18 – Índice da evolução da taxa de câmbio (dólar) de 2000 a 2010 | 43 |
| Gráfico 19 – Índice geral de preços das <i>commodities</i> no período de 2000 a 2010. | 43 |
| Base 100 = 2002 | 43 |
| Gráfico 20 – Importações de produtos por intensidade tecnológica em milhões US\$ FOB de 1996 a 2010 | 47 |
| Gráfico 21 – Exportações de produtos por intensidade tecnológica em percentual de 1996 a 2010 | 48 |
| Gráfico 22 – Importações de produtos por intensidade tecnológica em milhões US\$ FOB de 1996 a 2010 | 49 |
| Gráfico 23 – Importações de produtos por intensidade tecnológica em percentual de 1996 a 2010..... | 49 |
| Gráfico 24 – Evolução do saldo comercial de 2001 a 2010 em milhões US\$ | 52 |

| | |
|--|----|
| Gráfico 25 – Transações Correntes em milhões de US\$ de 2000 a 2010 | 53 |
| Gráfico 26 – Serviços e Renda em milhões de US\$ de 2000 a 2010 | 53 |
| Gráfico 27 – <i>Royalties</i> e Licenças em milhões de US\$ de 2000 a 2010 | 54 |
| Gráfico 28 – Lucros e Dividendos em milhões de US\$ de 2000 a 2010..... | 55 |
| Gráfico 29 – Investimento Estrangeiro Direto (IED) em milhões de US\$ de 2000 a 2010 | 55 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Dias de trabalho necessários para produzir | 17 |
| Tabela 2 – Produção comparativa de dois países | 19 |
| Tabela 3 – Combinações alternativas de produção de x e y..... | 22 |
| Tabela 4 – Principais produtos exportados – de 2006 a 2010 | 35 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA | 10 |
| 1.2 OBJETIVOS | 11 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 11 |
| 1.4 METODOLOGIA..... | 12 |
| 2 REVISÃO TEÓRICA | 13 |
| 2.1 TEORIA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS..... | 13 |
| 2.2 TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS..... | 16 |
| 2.3 TEORIAS MODERNAS SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL | 21 |
| 3 ANÁLISE DA REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS | 28 |
| 3.1 A PAUTA DE EXPORTAÇÕES | 29 |
| 3.2 AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS | 34 |
| 3.3 A TAXA DE CÂMBIO E OS PREÇOS DOS PRODUTOS EXPORTADOS..... | 42 |
| 4 DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DE <i>COMMODITIES</i> | 45 |
| 4.1 CONTEÚDO TECNOLÓGICO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS | 45 |
| 4.2 ANÁLISE DE ALGUMAS CONTAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS | 51 |
| 4.3 BREVES REFLEXÕES SOBRE A DEPENDÊNCIA DAS <i>COMMODITIES</i> | 56 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 59 |
| REFERÊNCIAS | 61 |

1 INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, durante o governo Vargas, foram implantadas políticas benéficas à nascente indústria nacional (a qual seria voltada para o mercado interno). Os governos seguintes, em especial a partir de JK, instauraram uma série de incentivos aos investimentos nacional e estrangeiro, bem como continuaram expandindo os gastos públicos, complementares ou não, aos referidos investimentos, que acabaram impulsionando a demanda interna. Começaram-se, então, a exportar bens industrializados, em especial os de consumo. Com o desenvolvimento da indústria, passou-se a exportar bens de maior intensidade tecnológica. Isso, entretanto, não retirou o importante papel que exercia as exportações de bens básicos. O desenvolvimento desta indústria nacional ocorreu de maneira protegida, não estando exposta à concorrência do mercado internacional.

Ao final da década de 1980, havia um consenso sobre a necessidade de se abrir a economia, sendo feita uma primeira tentativa, a qual não obteve muitos resultados. As grandes mudanças ocorreram na década de 1990, quando foi promovida uma abertura comercial que seria continuada pelos governos seguintes. Como consequências dessa abertura, observou-se o crescimento de alguns setores e a redução de outros, conforme as vantagens que o país detém, como explicado pelas teorias de comércio internacional.

Atualmente, o Brasil participa ativamente do comércio internacional, tendo em 2011 como principais destinos das exportações os mercados asiáticos, seguidos pela América Latina, União Europeia e Estados Unidos. Diga-se de passagem, os Estados Unidos, até um passado recente, eram os maiores parceiros comerciais do Brasil, tendo perdido espaço, sobretudo para a China.

Ainda, o Brasil tem aumentado sua participação nas exportações mundiais, sugerindo um estreitamento com os mercados internacionais, resultado de uma integração ao processo de globalização. Em 2001 o Brasil era responsável por 0,97% das exportações mundiais, tendo em 2010 ampliado a sua participação para 1,36%.

Há, inobstante o aumento da participação das exportações sobre as exportações mundiais, evidências que sugerem uma redução na participação das exportações brasileiras de bens industrializados e um aumento dos produtos básicos, das matérias-primas, de bem *in natura*. Esse processo foi chamado pela Cepal de *reprimarização da pauta de exportações*.

O objetivo geral do trabalho consiste em mostrar se, a partir dos anos 2000, ocorre (ou não) um processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras, denotando, assim,

uma dependência estrutural das referidas exportações por *commodities* e produtos de baixa tecnologia.

Para tanto, o trabalho está estruturado em três capítulos, além desta breve introdução. O primeiro discorre sobre as teorias de comércio internacional, que auxiliam no entendimento da reprimarização, tendo sido elaborado com base em uma revisão bibliográfica.

O segundo faz uma análise sobre a evolução das exportações brasileiras na década de 2000, podendo-se afirmar (ou não) se de fato há a reprimarização das exportações. A análise foi feita com base em dados coletados no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e no sistema ALICE (Análise das Informações de Comércio Exterior) relativos a algumas das principais *commodities* e produtos exportados pelo Brasil no período.

O terceiro, por sua vez, trata da dependência estrutural de *commodities* e bens de baixo teor tecnológico, dependentes abundantes de mão de obra e recursos naturais do país para manter superávits comerciais e sustentar a importação de produtos de maior intensidade tecnológica e o déficit nas contas de Renda e Serviços no Balanço de Pagamentos advindos do grande número de empresas estrangeiras instaladas no Brasil. O exame foi feito com base em dados coletados principalmente do Boletim Anual do Banco Central do Brasil dos anos de 2000 a 2010.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Em 20 de julho de 2011, foi publicado no jornal O Globo que José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), teria alertado sobre a dependência brasileira de *commodities*. Nas palavras dele:

Apesar das incertezas econômicas que pairam sobre alguns países desenvolvidos, as cotações das *commodities* teimam em permanecer em patamar elevado, favorecendo a expansão das exportações brasileiras, em que as *commodities* representam mais de 71% do montante exportado, mantendo o Brasil dependente de cenário e demanda internacionais favoráveis, ambos fatores fora de seu controle (O GLOBO, 2011).

Ademais, no mesmo periódico, foi divulgado que

Castro acredita que, em 2011, a participação dos produtos básicos deverá crescer ainda mais, chegando em 46,4%, próximo ao índice de 47,2% em 1978. Isso amplia a distância dos 37,1% relativo aos manufaturados, pavimentando a volta do Brasil ao passado como país fornecedor de matérias-primas, ou seja, uma reprimarização, se nada for feito (O GLOBO, 2011).

Primeiramente deve se averiguar se realmente há uma reprimarização, sendo que nesta investigação restringimo-nos ao período de 2000 a 2010. Para isso, é necessário observar o progresso das exportações brasileiras, verificando se juntamente ao aumento das exportações de bens básicos há uma redução relativa nas exportações advindas da indústria de transformação. Posteriormente, deve-se avaliar se de fato existe uma dependência estrutural de *commodities*.

1.2 OBJETIVOS

Além do objetivo geral do trabalho, conforme mencionado anteriormente, qual seja, investigar a ocorrência (ou não) de um processo de reprimarização da pauta de exportações brasileira entre os anos de 2000 e 2010 e verificar a existência de uma dependência estrutural das exportações de *commodities* e produtos de baixo teor tecnológico, o trabalho possui quatro objetivos específicos:

- Observar a evolução das exportações de alguns bens representativos na pauta exportadora entre os anos de 2000 e 2010;
- Analisar a evolução das exportações brasileiras na década de 2000 quando se classificam os bens exportados por fator agregado e por tipos de bens (bens de capital etc.);
- Verificar a ocorrência de um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira com base nos dados publicados pelo MDIC;
- Avaliar se a reprimarização consiste num processo de dependência por *commodities*.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente investigação pode ser tida como oportuna em razão de o fenômeno que se vivencia no Brasil aqui suscitado ser bastante atual e ter implicações de ordem práticas, tais como as defendidas pela Teoria da Deterioração do Termos de Trocas, segundo a qual os países que exportam bens primários deverão exportar cada vez mais produtos para importar uma mesma quantidade de bens industrializados e manter o equilíbrio das contas externas.

Pode-se afirmar que há viabilidade no trabalho em razão da disponibilidade dos dados necessários para análise nos *sites* do MDIC, IPEA, SECEX e BCB (2011). Além disso, há

uma série de outros documentos publicados sobre o assunto que podem servir de suporte bibliográfico para a pesquisa.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso foi feito com base em pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e de jornais, geralmente disponíveis em meios eletrônicos. Além disso, foram consultados *sites* oficiais, tais como o do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MDIC), do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), do Banco Central do Brasil (BCB). Foram também coletados dados do sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE), o qual dispõe elementos sobre as exportações brasileiras por mercadorias. A base de dados coletados foi para a década de 2000, tendo sido organizados de forma a possibilitar uma análise gráfica da evolução das exportações brasileiras por fator agregado, por conteúdo tecnológico. Para avaliação da sugerida dependência estrutural por *commodities*, buscou-se informações adicionais em algumas contas do Balanço de Pagamentos brasileiro, tais como a Balança Comercial e as Contas e Rendas e Serviços.

2 REVISÃO TEÓRICA

O debate sobre o comércio internacional é bastante antigo e controverso. O estudo sobre o que determina as trocas internacionais está vinculado à evolução da própria economia. Para se analisar o comércio internacional, é essencial observar o que determina o próprio comércio. A compreensão acerca da existência de um comércio entre as nações, seus fundamentos, padrões comerciais, é de alta relevância quanto ao estudo do comércio internacional. As teorias que o explicam buscam justamente esclarecer a razão da existência deste comércio, os benefícios e custos atrelados a ele e ao crescimento econômico de um país.

O comércio internacional entre os países ocorre principalmente por dois motivos: porque são diferentes uns dos outros, podendo, assim, tirar vantagens dessas diferenças, cada um produzindo aquilo que faz melhor; e porque quando reduzem o número de bens que produzem podem obter ganhos de escala, tendo maior eficiência. Surge assim a análise das vantagens comparativas, teoria desenvolvida por David Ricardo (apresentada em 1817). Há também a teoria das vantagens absolutas, desenvolvida por Adam Smith.

As teorias clássicas do comércio internacional, entretanto, iniciam com David Hume, quando contrapõe algumas concepções mercantilistas. Dizia, por exemplo, que o aumento do volume de moeda estocada elevaria os preços dos produtos internamente e reduziria a competitividade de uma economia no comércio internacional. Além disso, observou que o aumento de volume de fatores reais na economia seria de maior importância que o de fatores monetários para o crescimento de uma nação. Isso faria com que o aumento dos mercados promovidos pelo comércio exterior, juntamente das necessidades internas, acarretaria no desenrolar de um mercado global e do benefício comum.

Neste capítulo serão abordadas as teorias das vantagens absolutas, das vantagens comparativas, a teoria neoclássica de comércio internacional, o modelo de Heckscher-Ohlin e a teoria de economia de escala do comércio internacional. Todas estas teorias explicam as vantagens, as razões, para que os países mantenham um comércio internacional, cada uma delas desenvolvida por diferentes autores, sendo alvo de posteriores críticas.

2.1 TEORIA DAS VANTAGENS ABSOLUTAS

Em 1776, Smith publicou o livro *Riqueza das Nações*, onde afirmava que cada país poderia produzir determinada mercadoria com custos menores que os dos outros. Isso pode ser explicado pela existência da divisão internacional do trabalho (a qual gera especialização),

produção em escala e diferentes condições de clima e solo. Dessa maneira, é proporcionada vantagens recíprocas, fazendo com que uma nação tenha vantagem com a produção e exportação de um bem e importação de outro. O benefício é, portanto, de todos os países, pois todos comprarão produtos mais baratos.

Essa teoria foi escrita também em oposição à visão mercantilista, a qual colocava o comércio internacional como um jogo de soma zero, tendo sido influenciado pelo fisiocratismo francês e por Hume. Smith desenvolveu sua análise sobre trocas internacionais pondo as necessidades dos agentes econômicos como objeto principal de sua análise, não tendo ficado nos interesses da nação de forma geral. Dizia que o protecionismo que sugeria o mercantilismo limitaria o processo de desenvolvimento inglês, que o saldo permanentemente positivo da balança comercial seria insustentável e que as exportações diminuiriam devido a ações de retaliação.

Nesse sentido, contrariando a lógica mercantilista, Smith considera que o comércio internacional tem ganhos positivos para os países atuantes na troca, contanto que se especializem completamente nos produtos em que têm vantagens absolutas em termos de custos e/ou produtividade e, portanto, nos bens em que o número de horas de trabalho necessárias é menor.

Para uma melhor compreensão dessa teoria, deve-se fazer uma breve apresentação da teoria do valor-trabalho, pois o trabalho é o único fator de produção (tanto em termos de custo quanto em termos de produtividade).

A teoria do valor-trabalho foi desenvolvida pelos economistas clássicos, lançando o trabalho como um elemento homogêneo equalizador das trocas. Aqui, deve-se supor pleno acesso ao mercado de trabalho, concorrência perfeita e ausência de limitações institucionais. Na obra de Smith, é clara a ideia de que a especialização decorrente da divisão social do trabalho é um ponto essencial para o aumento da produtividade do trabalho na economia e, portanto, da riqueza. A partir disso, esse autor apresenta uma teoria de trocas internacionais baseada na proposição da vantagem absoluta de custos.

Smith defendeu em sua tese que o aumento da produtividade do trabalho é consequência da divisão do trabalho, tendo demonstrado que esta ocorre com a natural propensão de o ser humano trocar produtos.

Outras propostas básicas deste modelo (as quais são adequadas ao modelo ricardiano que será analisado a seguir) são:

- (i) A produtividade do trabalho nos vários países é diferente (contudo a diferença tecnológica motivadora das diferenças internacionais de produtividade não é explicada pelo autor);
- (ii) Os custos de produção são constantes, sendo que o número de horas de trabalho por unidade de produto não se altera com a quantidade produzida e nem com o tempo;
- (iii) O trabalho é perfeitamente móvel entre indústrias de um mesmo país, mas não entre países;
- (iv) A dotação fatorial de trabalho de cada país é fixa;
- (v) O trabalho é homogêneo;
- (vi) Há pleno emprego;
- (vii) Há rendimentos constantes em escala;
- (viii) Não há empecilhos ao comércio (ausência de tarifas, custo de transporte etc.);
- (ix) Os mercados agem em concorrência perfeita.

A teoria da vantagem absoluta considerou que os preços eram determinados principalmente pela quantidade de horas utilizadas (mão de obra) durante a produção. Considerou, ainda, que cada nação tinha uma vantagem absoluta em algum produto. Essas considerações foram alvos de críticas, pois o custo da mercadoria é determinado não apenas pelo fator trabalho, mas também pela matéria-prima (disponível na natureza) e pelo capital (investimento e *know-how*). Além disso, deve se lembrar que nem todas as nações têm vantagens absolutas em algum produto, o que fica mais bem abordado pela teoria das vantagens comparativas de Ricardo.

Ainda, deve-se colocar que a vantagem absoluta de um país na produção de um bem resulta da uma maior produtividade, ou seja, da utilização de uma menor quantidade de insumo para produzir esse bem com menores custos. No entendimento deste autor, nem sempre é necessário que um país obtenha excedentes de comércio exterior para que as trocas comerciais internacionais sejam vantajosas, e que as trocas voluntárias entre países podem beneficiar todos aqueles que estiverem envolvidos. Nas palavras do autor:

Eis uma máxima que todo chefe de família prudente deve seguir: nunca tentar fazer em casa aquilo que seja mais caro fazer do que comprar. O alfaiate não tenta fabricar seus sapatos, mas os compra do sapateiro. Este não tenta confeccionar seu traje, mas recorre ao alfaiate. O agricultor não tenta fazer nem um nem outro, mas se vale desses artesãos. Todos consideram que é mais interessante usar suas capacidades naquilo em que têm vantagem sobre seus vizinhos e comprar com parte do resultado

de suas atividades, ou de parte das mesmas, aquilo que de que venham a precisar (SMITH, 1985, p. 380).

Assim, cada país deve se focar na produção do bem que tiver vantagem absoluta, sendo que o que exceder o consumo interno deve ser exportado, e a receita resultante deve ser utilizada para importar outros bens necessários produzidos em outro país. Tendo em vista que a capacidade de consumo dos países que praticarem o comércio internacional será maior após a realização das trocas, Smith pensou ser o comércio internacional uma prática que aumenta o bem estar da sociedade.

De acordo com a teoria das vantagens absolutas, não poderia haver comércio entre os países A e B caso o país B tivesse vantagem na produção de ambos os bens produzidos (supondo que nessas economias só se produzem dois bens), pois A não tem vantagem absoluta na produção de nenhum dos bens.

É importante ressaltar que o principal objetivo de Smith ao propor a livre troca era a abertura dos mercados internacionais aos produtos industriais ingleses, de modo que a Inglaterra deixasse de sofrer um relativo bloqueio no desenvolvimento de sua industrialização, visto que seu mercado interno era bastante reduzido, sendo incapaz de absorver toda a produção.

Pode-se finalmente dizer que para Smith o país deveria produzir os bens que fizesse com o menor custo, tornando esses produtos a base de seu comércio exterior, e importando os bens que produzisse com um custo maior. Defendia, além do mais, que o comércio levaria à acumulação de capital e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico.

2.2 TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

David Ricardo tentou mostrar que, mesmo que um determinado país não tivesse vantagem absoluta na produção de quaisquer produtos, ele deveria continuar participando do comércio internacional, produzindo e exportando bens sobre os quais tivesse mais eficiência. O modelo ricardiano foi chamado de modelo de vantagens comparativas ou relativas.

Ricardo, tratando das vantagens comparativas, sugere que A transfira os trabalhadores de tecido para vinho, onde tem maior vantagem, devendo comprar os tecidos de B e vender vinho para B. B, por sua vez, deve fazer o inverso. Assim, tendo como referência a Tabela 1, abaixo, A vende 100 barris de vinho a B pelo preço equivalente a 90 dias. Como A gasta apenas 80, tem um lucro de 10. Ainda, compra 100 metros de tecido pelo preço equivalente a 90 dias. Como gasta 90, não há perda nessa operação. B, por sua vez, compra 100 barris de

vinho pelo preço equivalente a 90 dias. Como o custo interno é de 120, B tem um lucro de 30. Vende 100 metros de tecido por 90. Como o custo interno é 100, perde 10, mas ganha 30 na venda/produção de vinho, tendo um lucro final de 20. Compreende-se, assim, que o comércio entre os dois países pode ser realizado, pois a vantagem de A em vinho, supera a falta de vantagem na troca de tecidos.

Tabela 1 – Dias de trabalho necessários para produzir

| País | 100 metros de tecido | 100 barris de vinho |
|-------------|-----------------------------|----------------------------|
| A | 90 dias | 80 dias |
| B | 100 dias | 120 dias |

Fonte: MAIA (2008, p. 315)

Essa teoria (vantagens comparativas) é mais abrangente que a de Smith, visto que abandona a ideia dos custos absolutos, partindo para os custos comparativos, sendo que inclui nos custos fatores como transporte e matéria-prima. Ambas, contudo, colocam como custo principal o fator trabalho, além de mostrarem que a especialização da produção estimula o comércio internacional e beneficia o consumidor.

Segundo Krugman e Obstfeld (2009, p. 8), “um país possui uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é mais baixo nesse país que nos outros”. Se os países produzirem bens nos quais não são beneficiados por vantagens comparativas, há um custo de oportunidade desnecessário. Por exemplo, se o país C tem vantagens comparativas na produção de alimentos e o país D na produção de máquinas, o país C deveria se especializar na produção de alimentos e importar máquinas do país D. Conjuntamente, a produção seria superior se cada país se especializar ao invés de cada um produzir ambos os produtos. Sendo a produção mundial superior, há uma maior possibilidade de aumentar o padrão de vida de cada indivíduo de cada país.

Esse conceito, entretanto, é baseado em possibilidades e não no que ocorre efetivamente, pois não existe uma autoridade supranacional que determine quais países têm vantagens comparativas em relação a quais produtos, sendo que cada país produz o que lhe parecer mais conveniente. Além disso, não há um distribuidor de cada bem em cada lugar. Ainda, a produção é determinada no mercado por oferta e demanda, podendo não se tornar realidade o potencial de ganhos mútuos no comércio internacional. Pode-se dizer, dessa forma, que cada país inserido no comércio internacional pode se beneficiar dele, contanto que exporte os bens nos quais tenha vantagens comparativas.

A existência de vantagens comparativas não é o único fator que determinará a produção de um determinado país. Devem ser observados os preços relativos e a oferta. No exemplo acima, o país A irá se especializar na produção de alimentos se o seu preço relativo exceder o seu custo de oportunidade e vai se especializar em máquinas se seu preço relativo for inferior ao seu custo de oportunidade. Caso o custo de oportunidade seja igual aos preços relativos o país produzirá ambos os bens.

Determinado o padrão de especialização, a troca apenas se concretizará se houver incentivos em termos de uma Razão de Troca Internacional que beneficie a especialização em ambos os países. Após a troca, haverá um preço para o vinho em termos do tecido que será comum aos dois países: se a Inglaterra importa vinha e exporta tecido, o preço do tecido relativamente ao vinho deverá aumentar. Com os novos preços determinados pelo comércio, os produtores aumentam a produção do bem em que tem vantagem comparativa. É possível afirmar, portanto, que o princípio das vantagens comparativas se trata de um *ótimo relativo*.

Krugman e Obstfeld (2009) apontam para algumas ideias equivocadas sobre as vantagens comparativas. Os autores tratam basicamente de três *mitos*: o que diz que o livre comércio é benéfico somente se o país é suficientemente forte para resistir à concorrência estrangeira; o que diz que a concorrência estrangeira é injusta e prejudica outros países quando se baseia em salários baixos; e o que diz que o comércio explora um país e o torna pior se seus trabalhadores recebem salários muito mais baixos que os trabalhadores de outras nações.

O primeiro, que trata de produtividade e competitividade, decorre da falta de compreensão do modelo ricardiano, visto que esse não decorre de vantagens absolutas, mas de vantagens comparativas, pois parte da preocupação de um país não conseguir produzir nenhum bem de forma mais eficiente que os outros. Nas palavras dos autores:

É sempre tentador supor que a capacidade para exportar um bem depende de seu país apresentar uma vantagem absoluta na produtividade. Mas uma vantagem absoluta na produtividade sobre outros países ao produzir um bem não é condição nem necessária nem suficiente para ter uma vantagem *comparativa* nesse bem (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009, p. 17).

O segundo mito trata do argumento do trabalho miserável, muito utilizado por sindicatos que buscam proteção contra concorrência estrangeira. Aqueles que defendem esse argumento sugerem que as indústrias não deveriam ter de enfrentar indústrias estrangeiras que são menos eficientes, mas pagam salários mais baixos. A ideia de que o comércio é bom somente se se recebe salários altos é uma falácia. Se o custo menor de produção em uma

localidade é inferior em razão dos salários mais baixos ou se o custo é menor pela alta produtividade não importa, o que importa é que o custo é menor.

O terceiro mito trata da exploração. Não se pode dizer que há exploração unicamente por haver salários baixos, pois pode simplesmente não haver alternativa. O salário pago por uma empresa multinacional, dita “exploradora”, pode, mesmo que baixíssimo, ser melhor que o que a população local receberia se não trabalhasse para esta empresa. É o caso colocado pelo jornalista Bob Herbert quando elaborou, no *New York Times*, em 1995, uma análise comparativa da renda de US\$ 2,0 milhões do CEO da cadeia de vestuário *The GAP* com a renda de US\$ 0,56 pago por hora aos trabalhadores da América Central que produzem algumas peças vendidas por estas lojas.

Duas considerações não podem deixar de ser feitas acerca do modelo original de Ricardo:

- (i) A especialização proposta é a de uma *especialização industrial* para a Inglaterra, a qual, no longo prazo, levaria a ganhos maiores que os obtidos por quem se especializasse na agricultura (problemática implícita do confronto das vantagens de curto prazo face as vantagens de longo prazo);
- (ii) Assim como Smith, para Ricardo a especialização internacional não é dissociável dos fenômenos do crescimento econômico, da distribuição do rendimento e da acumulação de capital, articulando-os mediante os objetivos esperados do comércio externo. Uma importante diferença que existe na formulação das teorias dos autores ocorre em relação à conjuntura histórica em que viveram.

John Stuart Mill, posteriormente, formulou a teoria da demanda recíproca, não se tomando mais medidas por unidade de produtos, mas, sim, o que em horas dois países diferentes são capazes de produzir. Dessa maneira, Mill procurou evidenciar a eficiência comparativa. A Tabela 2, a seguir, apresenta um exemplo da formulação de Mill.

Tabela 2 – Produção comparativa de dois países

| Trabalhadores por hora | País | Aço | Trigo |
|------------------------|------|-----|-------|
| 10 | E | 20t | 20t |
| 10 | F | 10t | 15t |

Fonte: MAIA (2008, p. 317)

Pode-se observar que E tem vantagem absoluta em ambos os produtos, tendo maior vantagem comparativa no aço. F, todavia, que possui vantagem absoluta em quaisquer dos produtos, tem uma menor desvantagem comparativa no trigo.

Caso não houvesse comércio internacional, as trocas ocorreriam no âmbito interno de cada país, sendo que no país E se trocaria 10 toneladas de aço por 10 toneladas de trigo com uma base de utilização de cinco trabalhadores por hora. Por sua vez, no país F, seriam trocadas 10 toneladas de aço por 15 toneladas de trigo com uma base de utilização de 10 homens por hora.

Entretanto se F vendesse 15t de trigo por 11t de aço, estaria F tendo uma vantagem, pois o custo de produção para ele é 15t de trigo, o que equivale a 11t de aço. Admitindo que E venda 11t de aço por 15t de trigo, estaria E também tendo uma vantagem. Pode-se afirmar, assim, que, nessas condições, F exportaria trigo para E e compraria aço de E. Para que isso se verifique deve haver algum benefício, o que implica em F obter ao menos mais de 10t de aço por 15t de trigo e em E obter ao menos 10t de aço por mais de 10t de trigo.

Essas possibilidades de trocas, porém, têm limites, os quais dependem do grau de interesse (tendo sido definidos no parágrafo anterior), denominadas limites de possibilidade de troca. Assim, o primeiro avanço da teoria de Mill em relação à de Ricardo é de que o comércio internacional só existiria se atendessem tais limites. Além disso, há um outro fator que estabelecerá o valor exato das trocas: a demanda por mercadorias em cada país (logo, o nome da teoria), sendo esse o segundo avanço. De acordo com Mill, é a demanda que definirá o valor monetário da troca. O preço, ditado pela demanda das mercadorias, permitirá a troca quando esses estiverem nivelados entre os dois países. Assim, a demanda passa a ter importância, de modo a ser destacada no nome da teoria que é Teoria da Demanda Recíproca.

Deve se destacar que de acordo com essa terceira teoria, o comércio se realizará quando os preços equalizarem as demandas nos dois países. Os preços alterar-se-ão até que cheguem ao equilíbrio, sendo que a relação de troca se altera de acordo com a maior ou menor demanda pelos respectivos produtos. Essa demanda sofre os efeitos dos problemas conjunturais (dependem da maior ou menor necessidade momentânea que cada país tem das mercadorias negociadas).

As teorias de Smith, Ricardo e Mill foram aceitas por um longo período, devendo ser destacadas também teorias modernas sobre o comércio internacional, teorias as quais dão maior ênfase a fatores de produção como matéria-prima (natureza), investimentos (equipamentos, patentes e sistemas administrativos) etc., não considerando o trabalho como único fator de produção.

2.3 TEORIAS MODERNAS SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Tendo em vista as mudanças por que têm passado a economia global desde a segunda metade do século XX, novas abordagens sobre o comércio internacional vêm surgindo, dando maior respaldo prático aos modelos teóricos que analisam essa questão. Novas abordagens passaram a ser necessárias, tais como as economias de escala, de aprendizagem, mudança tecnológica, diferenciação de produto, política governamental, competição imperfeita etc.. É com base nessas novas proposições que modelos teóricos mais recentes são desenvolvidos, estabelecendo-se padrões comerciais e de competitividade, onde se tem como base a apreciação das interações estratégicas entre governos e empresas.

O modelo de Heckscher-Ohlin também ficou conhecido como teoria das proporções dos fatores, significando que um país deve se especializar e exportar bens nos quais utiliza seus fatores produtivos mais abundantes de modo intensivo. Logo, se determinada economia for abundante em capital, a teoria determina que a economia deve se especializar na exportação de produtos que exijam mais capital na sua produção.

A grande diferença em relação ao modelo original de Ricardo ocorre em relação ao número de fatores de produção: lá se tinha apenas o trabalho, sendo que as vantagens comparativas ocorriam apenas em razão dessa variável. No presente modelo, a fonte de comércio decorre da razão das diferenças de recursos disponíveis em cada país. Esse modelo leva em consideração a abundância relativa de cada fator de produção às tecnologias existentes quanto à intensidade de utilização dos fatores de produção.

Esta teoria parte do princípio de que os fabricantes dos bens podem produzir uma unidade de um produto e uma de outro utilizando intensidades diferentes dos insumos, não se falando, portanto, em quantidades dos fatores necessários à produção de um bem. Tem-se, assim, restrições e isoquantas, a serem apresentadas.

Em 1953, Leontief analisou a economia estadunidense sob o ponto de vista do Teorema de Heckscher-Ohlin, desenvolvendo estudo que ficou conhecido como *Paradoxo de Leontief*. Naquele país, os trabalhadores produziam com mais capital que com mais trabalhador que seus parceiros comerciais. Desse modo, era de se esperar um comportamento exportador de bens capital-intensivo e importador em bens trabalho-intensivo. Leontief, contudo, observou que ocorria justamente o contrário. Destaca-se que o modelo supõe que não exista reversão de fatores (sempre há uma dependência dominante por um bem).

Um ponto que pode ser levantado é a estrutura tarifária dos EUA, a qual tenderia a proteger as indústrias que usam grande quantidade de trabalhadores de baixa qualificação.

Outra possibilidade seria considerar uma reversão de demanda (a demanda ter interna ter preferência por bens produzidos com o fator abundante do país); entretanto, isso não se verifica no comércio mundial.

Uma explicação atual aparentemente importante é a de que o teorema não deixa clara a devida importância ao capital humano como insumo. Nesse caso, o paradoxo seria resolvido de forma a haver uma maior exportação em bens intensivos em capital humano (e não em trabalho pura e simplesmente).

Independentemente, o ponto apresentado por Leontief se mostra um importante marco no desenvolvimento da teoria econômica internacional, visto que novas tentativas surgem para explicar os achados do autor.

Uma teoria a ser pontuada é a Curva da Possibilidade de Produção. Nesse caso, deve se considerar que o país sob análise opera em regime de plena produção (não tem capacidade de aumentar a sua produção), tal que produza apenas dois bens, x e y , com o mesmo custo. Pressupondo que esse país tem a capacidade de produzir 100 unidades de x e y no total (sendo 50 de cada), para aumentar uma unidade de um, deve diminuir uma unidade do outro, desviando fontes produtoras. Na Tabela 3 mostra o argumento.

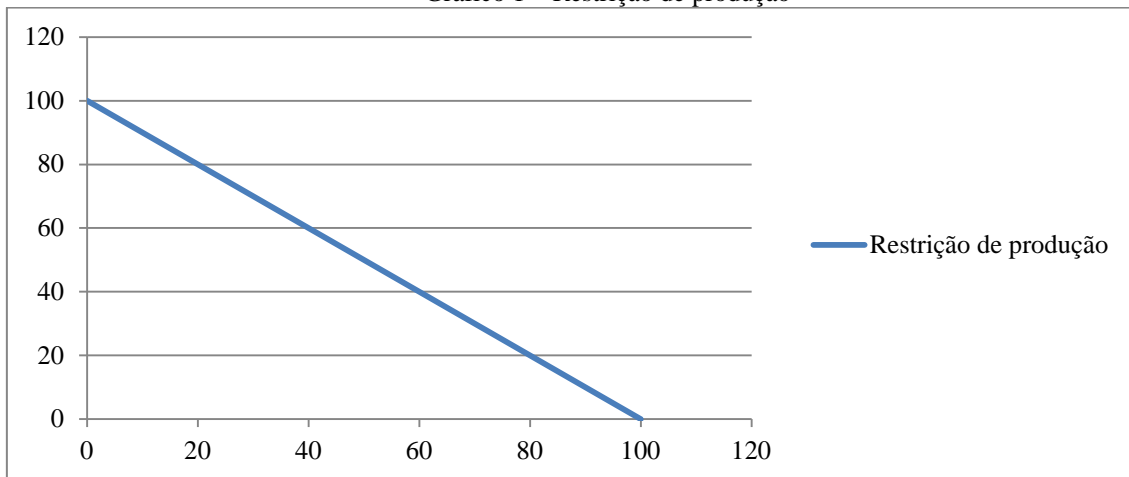
Tabela 3 – Combinações alternativas de produção de x e y

| | | | | | |
|-----|-----|----|----|----|-----|
| x | 100 | 75 | 50 | 25 | 0 |
| y | 0 | 25 | 50 | 75 | 100 |

Fonte: MAIA (2008, p. 322)

Outra discussão surgida modernamente é a do Custo de Oportunidade. O Gráfico 1 representa o limite de produção da economia em questão, visto que não há capacidade ociosa, nem mão de obra disponível, e as empresas estão produzindo com capacidade máxima. A substituição de x por y depende das conveniências de mercado, do que é mais oportuno.

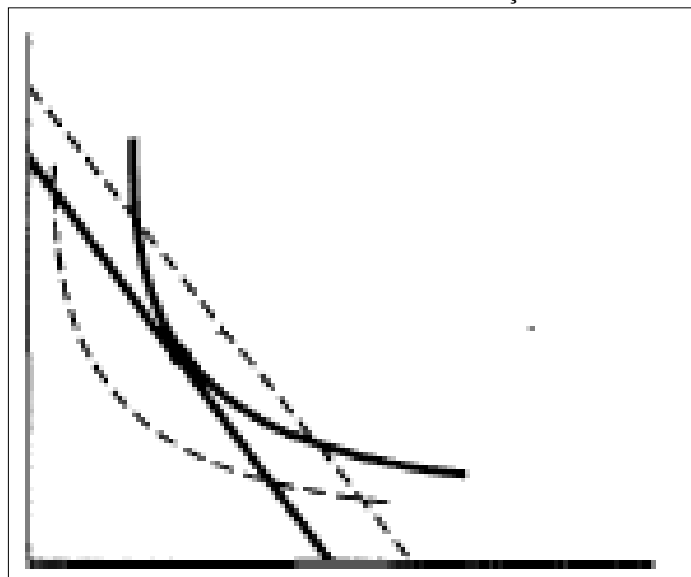
Gráfico 1 – Restrição de produção



Fonte: MAIA (2008, p. 322)

Um importante marco teórico é o da Curva de Indiferença. Aqui, para um melhor entendimento, pode se falar em um indivíduo em vez de uma nação. Esse indivíduo precisa de bens (x e y), sendo que apresenta uma função de utilidade que pode se representada de maneira como mostra o Gráfico 2, abaixo. Qualquer ponto do referido Gráfico é indiferente para o consumidor, sendo que a convexidade das curvas faz com que as médias sejam preferíveis aos extremos (é improvável que o indivíduo prefira 100 unidades de x e zero de y), além de a taxa marginal de substituição ser decrescente (quanto mais unidades de x o indivíduo tiver, menos inclinado ele estará a trocar unidades de y por mais unidades de x). Esse modelo é bem apresentado pela microeconomia.

Gráfico 2 – Curva de Indiferença



Fonte: Varian (1992)

É importante, ainda, evidenciar a análise de produção e consumo. Aqui há o encontro dos gráficos anteriores, onde as curvas de indiferença tangenciam a curva de possibilidade de produção. Caso a curva de indiferença cruze a curva de possibilidade de produção, não se terá o ponto ótimo, pois há uma curva de nível superior que pode ser atingida. Segundo Maia (2008, p. 326): “A curva de maior nível que o indivíduo pode alcançar é a que tangencia a curva da possibilidade de produção”.

Feitas as considerações acima, pode-se partir para uma análise de comércio internacional. Para isso ainda deve se supor que os preços internos de x e y são iguais e que internacionalmente duas unidades de x equivalem a uma unidade de y , sendo que a economia em questão (G) é pequena, significando que a produção e as vendas não alteram os preços do mercado internacional. Assim, G tem vantagem comparativa em y , pois internamente com uma unidade de y se consegue uma unidade de x e externamente com uma unidade de y se conseguem duas unidades de x . Isso faz com que G deixe de produzir x e passe a produzir apenas y . Desse modo, abandona-se o fator trabalho como único fator de produção e eficiência produtiva e parte-se para o preço como principal variável

É importante destacar que a importação de x não gerou desemprego e nem ociosidade de produção, pois todos os fatores que eram utilizados para produzir x foram deslocados para produzir y . Deve-se também lembrar que o nível de vida melhorou, pois o nível de consumo aumentou.

As teorias modernas e clássicas podem parecer bastantes semelhantes, entretanto algumas diferenças valem ser apontadas. Por exemplo, conforme Jayme de Mariz Maia (2008, p. 403):

As teorias modernas consideram simultaneamente todos os fatores de produção (natureza, trabalho e capital), enquanto que as clássicas consideram apenas o trabalho. Abandonando-se a idéia de valor-trabalho, não se fala mais em custo do trabalho, mas em custo de oportunidade. Com o estudo das curvas de indiferença, de possibilidade de produção e do custo de oportunidade, pode-se quantificar melhor as condições de comércio internacional. É, portanto, mais abrangente que as teorias clássicas.

Eli Hecksher e Bertil Ohlin procuraram explicar as diferenças de custo de oportunidade de um país para o outro. Segundo esses autores, as diferenças de custos e de preços ocorrem em razão das diferentes disponibilidades dos fatores de produção em cada país. Diante disso, pode se dizer que “o comércio exterior é uma troca de fatores abundantes por fatores raros” (SANDRONI, 1994, p. 110). Isso permite que os países capital-abundantes invistam no exterior e importem produtos; como exemplo disso, têm-se as multinacionais que

instalam fábricas na China e importam produtos dela. Os países de natureza abundante exportam seus excedentes e importam o que lhes é raro, sendo esse o caso dos países produtores de petróleo.

Como efeitos desse comércio internacional tem-se a realocação de recursos produtivos, significando que o país recebe os recursos que a ele são escassos para a produção de bens e transfere os recursos que tem em abundância. Há também a equalização dos preços (FOB) no mercado internacional, além da melhora do nível de vida da população, visto que a realocação dos recursos produtivos reduz os custos, ampliando o poder aquisitivo das populações.

Um custo bastante importante a ser computado é o frete. Esse, logicamente, deveria ser proporcional às distâncias, o que nem sempre ocorre. As despesas portuárias podem reduzir as vantagens comparativas. O *Estado de S. Paulo* publicou em 25 de maio de 1992 (Caderno 2, p. 4) que “O custo médio de embarque de uma tonelada de soja nos Estados Unidos é de US\$ 20; no Brasil vai a US\$ 65” (MAIA, 2008, p. 331). Ainda, segundo Maia (2008, p. 331), “[a] atual estrutura de funcionamento dos nossos portos está provocando perdas anuais de exportações de US\$ 5 bilhões.” A ineficiência dos portos anula vantagens comparativas. Para o autor, “[e]ssa não é mais a realidade de hoje, visto que com a Lei de Modernização dos Portos, houve extraordinária melhora no Sistema Portuário Brasileiro” (2008, p. 331).

Depreende-se de Krugman e Obstfeld (2009) que as teorias de comércio internacionais de produtos industrializados tentam explicar três aspectos relacionados com o comércio mundial que parecem antagônicos, se consideradas as teorias clássicas de Ricardo e Heckscher-Ohlin:

- (i) A existência de um comércio intenso e em rápida expansão entre nações com a mesma dotação de fatores;
- (ii) O grande volume de trocas de produtos muito similares;
- (iii) O mínimo de conflito social que se seguiu dada a ampla liberalização comercial no período pós-Guerra.

As teorias de comércio de produtos industrializados apresentam um poder explicativo relevante para a análise do papel das economias de escala, da demanda interna e da concorrência monopolística, além do ciclo do produto.

A vertente teórica que privilegia a existência de economias de escala afirma que os custos da empresa ou do mercado se reduzem, ao passo que aumenta a quantidade produzida, levando à formação de um mercado em que as firmas têm certo grau de poder, e não

concorrência perfeita. Isso faria com que cada economia produzisse um número restrito de bens, beneficiando-se dos retornos crescentes de escala, não sendo sacrificada a variedade no consumo, haja vista o comércio internacional.

O modelo de Helpman e Krugman é fundamentado na ideia da concorrência imperfeita e na existência de economias de escala como causas geradoras de comércio entre países. Esses autores afirmam que

(...) em um mundo no qual os retornos crescentes existem, a vantagem comparativa resultante das diferenças entre os países (dotações de fatores) não é a única razão para a existência do comércio. As economias de escala criam um incentivo adicional e geram comércio mesmo se os países forem idênticos em gostos, tecnologias e dotações de fatores (HELPMAN; KRUGMAN, 1988 apud GONÇALVES, 2005, p. 105).

Contudo, como é posto por Gonçalves (2005, p. 105), “[é] importante destacar que os pioneiros do comércio internacional já chamavam a atenção para as influências das economias de escala (por exemplo, Ohlin, 1933, capítulos III, p. 54-8 e VI, p. 106-8)”.

O modelo apresentado pelos autores tem quatro hipóteses básicas:

- (i) A existência de apenas dois fatores de produção (capital e trabalho);
- (ii) A existência de apenas dois tipos de produtos (manufaturados e alimentos);
- (iii) Apenas dois países comercializando produtos entre si;
- (iv) Que a estrutura típica de mercado dos produtos manufaturados é de concorrência monopolística.

Assim, a especialização não ocorrerá somente em razão das vantagens comparativas baseadas na dotação de fatores produtivos (como para os neoclássicos), mas fundamentadamente na conjunção das vantagens comparativas com as economias de escala. O comércio internacional será resultante não apenas do comércio *inter-indústria*, mas também do comércio *intra-indústria*, havendo uma forte tendência de este último crescer principalmente nos países desenvolvidos.

É razoável afirmar que o tipo de comércio entre países semelhantes em dotação de fatores produtivos que deve ocorrer mais frequentemente é o comércio intra-indústria, enquanto que naquelas países com maior distinção na dotação de fatores produtivos o comércio inter-indústria será predominante. O ponto-chave dessa questão apontada por Krugman e Obstfeld (2009, p. 29), é que “o comércio intra-indústria não gera os mesmo efeitos fortes sobre distribuição de renda que o comércio inter-indústria”. Na verdade, quando se trata de economias de escala como criadora de trocas, o comércio intra-indústria termina

por trazer menos resultados de distribuição de renda do país, tendo-se como resultado geral um aumento de bem estar global na sociedade. Isso faria com que não houvesse uma concentração de renda nas mãos dos exportadores, com consequentes prejuízos aos setores concorrentes ligados à importação.

A tradição *marshalliana* traz três fundamentos que justificam a ideia de que um conjunto de firmas pode ser mais eficiente que uma firma observada isoladamente, quais sejam:

- (i) A existência de fornecedores especializados;
- (ii) A criação de um mercado comum de trabalho;
- (iii) O “vazamento” do conhecimento.

Esses três pontos conjuntamente sustentam a ideia de que as externalidades positivas resultantes da interação entre as firmas tendem a melhorar sua competitividade internacional. Assim, “[a] teoria das economias externa indica que, quando estas são importantes, um país com uma grande indústria será, tudo o mais constante, mais eficiente nesta indústria que o país com uma pequena indústria. Em outras palavras, as economias externas dão origem a retornos crescentes de escala em nível de indústria nacional” (KRUGMAM; OBSTFELD, 2009, p. 54).

Em suma, Adam Smith, através da Teoria das vantagens Absolutas, expõe as vantagens do comércio internacional quando um país produz algum produto a custo mais baixo que os outros. David Ricardo, conforme a Teoria das vantagens Comparativas, demonstra a possibilidade de haver comércio internacional, mesmo que um país não possa produzir a custo mais baixo que os outros. John Stuart Mill, pela Teoria da Demanda Recíproca, apresenta uma tese onde esse problema é equacionado. Por sua vez, a teoria moderna sobre comércio internacional deixa de lado a teoria do valor-trabalho e coloca como determinantes do custo outros fatores de produção, como capital e matéria-prima. Analisa também a questão do custo de oportunidade e acrescenta questões mais bem abordadas pela teoria microeconômica. Enfim, ela, pode-se afirmar, é um tanto mais abrangente. Para finalizar, Linder (1961) estabeleceu uma distinção entre o comércio de produtos primários e o comércio de produtos industrializados. Segundo esse autor, o comércio de produtos primários é explicado pelo modelo de Heckscher-Ohlin, enquanto que a estrutura de demanda é determinante do padrão de comércio dos países industrializados. O principal determinante de demanda seria, portanto, o nível de renda *per capita* (os países com um nível de renda mais alto teriam um padrão de consumo mais sofisticado).

3 ANÁLISE DA REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Historicamente, o Brasil é tido como um país agroexportador. Inicialmente, enquanto colônia, exportava pau-Brasil, borracha e cana de açúcar. Durante o Império e a República Velha, ganharam importância o café, o algodão e a carne. Posteriormente desenvolveu-se a indústria no País, mas essa não tinha como objetivo as exportações. O crescimento da indústria ao longo da segunda metade do século XX (com a completude do II PND), permitiu a exportação não apenas de bens primários, mas também de bens de maior intensidade tecnológica.

A abertura comercial promovida pelo governo Sarney e intensificada pelo governo Collor, entretanto, mostrou a fragilidade de empresas nacionais que produziam bens industrializados (ou de maior intensidade tecnológica), as quais eram protegidas por medidas quantitativas e qualitativas, relativas à taxa de câmbio. Isso levou ao fechamento de muitas empresas, dada a ineficiência e a falta de competitividade dos produtos nacionais frente aos estrangeiros, tanto no âmbito nacional, como no internacional.

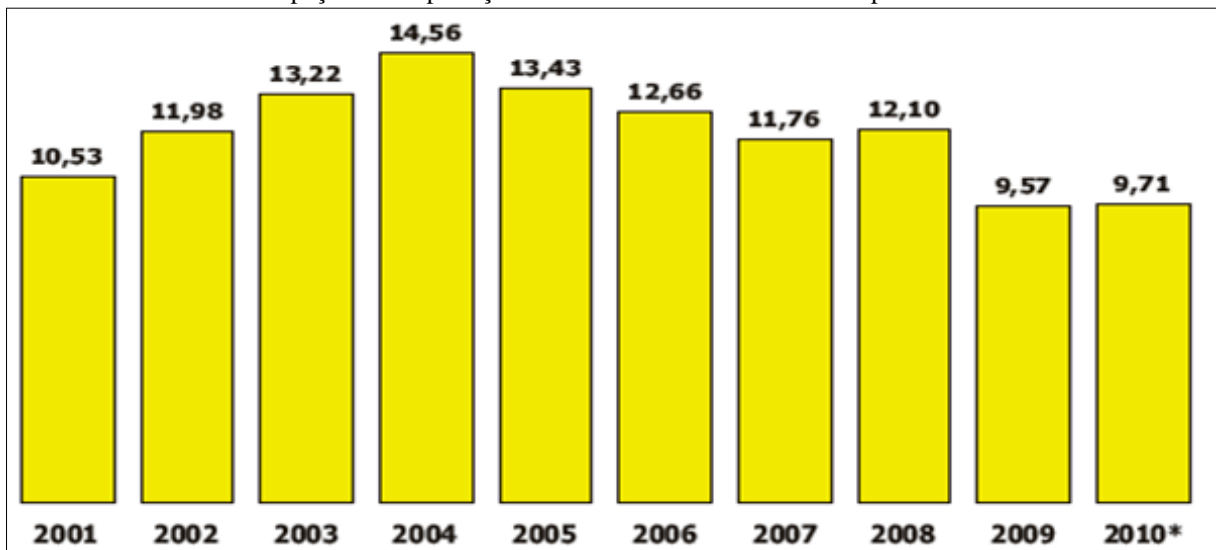
Esse contexto fez com que o investimento nacional se voltasse para a área em que era mais competitivo: para os produtos primários e seus derivados. O Brasil é um país abundante em mão de obra e extensão de terras, tendo jazidas de minérios, reserva de petróleo etc. A utilização desses fatores nos quais o Brasil tem vantagens em relação aos demais e o crescimento dos setores que utilizam esses fatores era uma necessidade para a manutenção do Brasil no comércio internacional. Tal fato levaria a uma redução na participação das exportações de bens industriais e a um aumento nas de bens primários. Esse fenômeno é conhecido como *reprimarização da pauta exportadora*.

Neste capítulo será analisada a evolução da pauta exportadora quando classificada em produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, bem como quando classificada em bens de capital, bens de consumo matérias-primas e produtos intermediários. Posteriormente, será avaliado o progresso das exportações de alguns produtos essenciais para a balança comercial brasileira, avaliando-se uma possível tendência de o Brasil estar reprimarizando a sua pauta exportadora. Finalmente será observada a evolução da taxa de câmbio entre real e dólar e do índice geral de preços das *commodities* formulado pelo IPEA.

3.1 A PAUTA DE EXPORTAÇÕES

Desde a abertura comercial, nos anos 1990, o Brasil tem aumentado o nível das exportações. Até o ano de 2004, o percentual da participação das exportações no PIB foi crescente, tendo tido uma leve queda entre os anos de 2004 e 2007, como mostra o Gráfico 3. Em 2008, voltou a crescer; entretanto, com a crise mundial que se iniciou ao final de 2008 e teve seus efeitos estendidos aos anos seguintes, as exportações apresentaram uma baixa considerável no ano de 2009 e uma pequena elevação no ano de 2010.

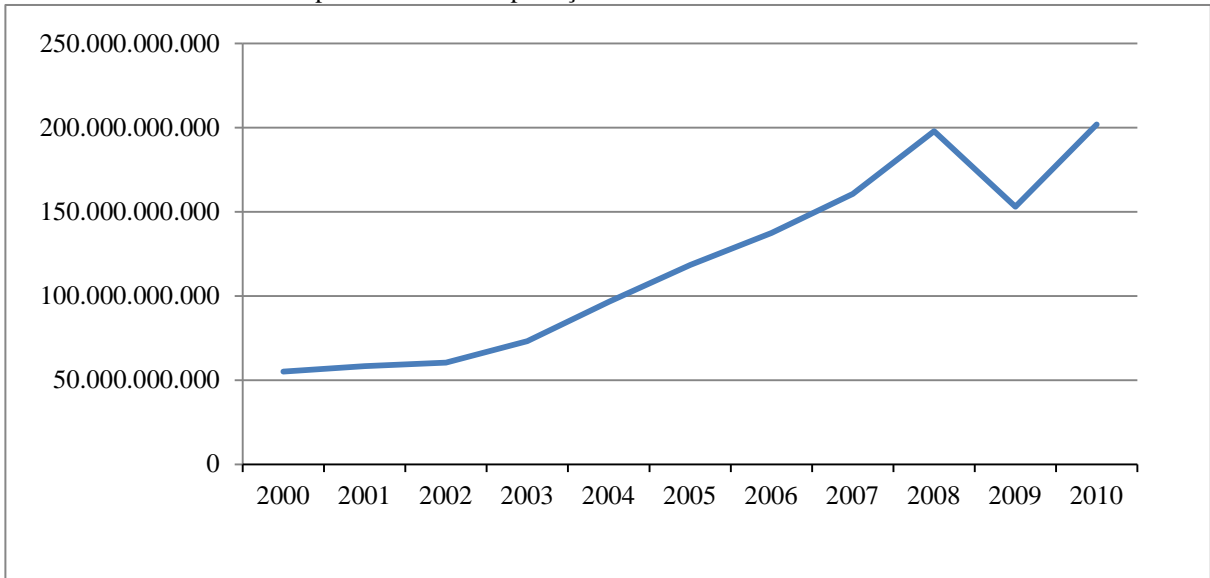
Gráfico 3 – Participação das exportações brasileiras no PIB do Brasil no período de 2001 a 2010



Fonte: MDIC (2011).

Na década de 2000, o valor (em dólar) das exportações foi crescente, tendo decrescido apenas no ano de 2009 em razão da crise financeira mundial, conforme mostra o Gráfico 4. Esse aumento se deve não apenas ao aumento da quantidade de produtos exportados, mas também ao aumento dos valores dos produtos exportados, em especial dos produtos básicos.

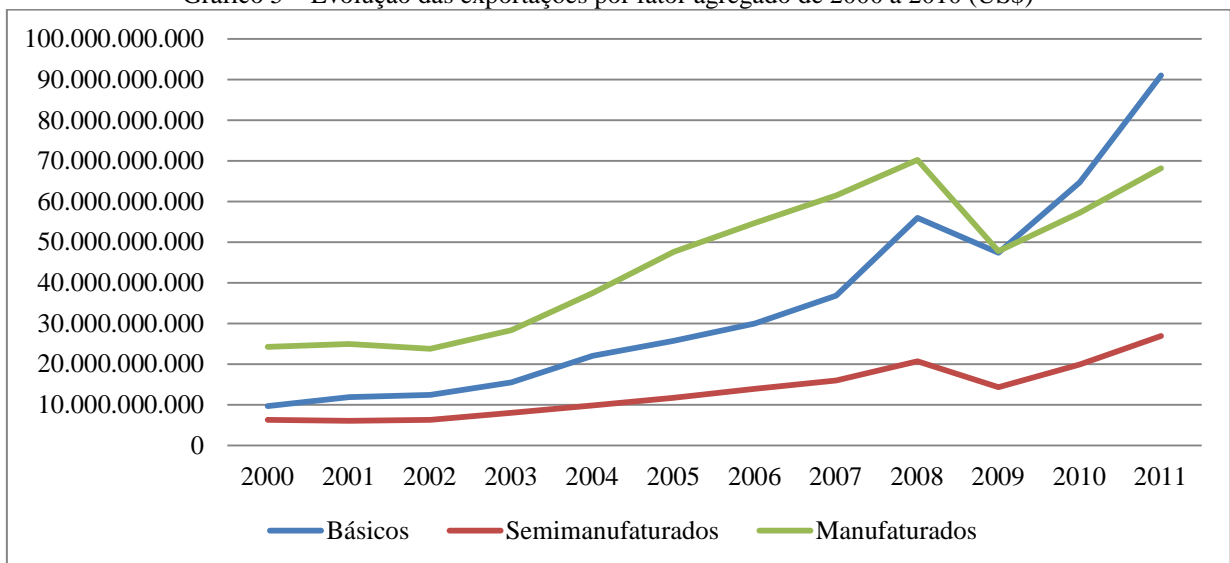
Gráfico 4 – Comportamento das exportações brasileiras entre 2000 e 2010 em US\$ FOB



Fonte: MDIC (2011).

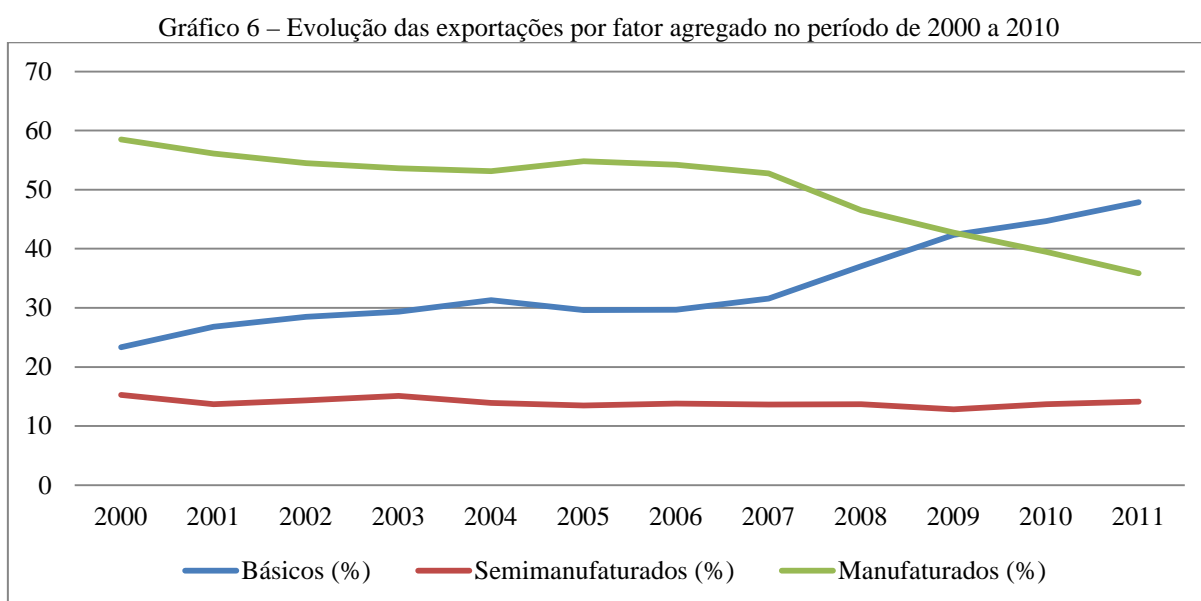
Pode se observar no Gráfico 5 que ao longo da última década as exportações de produtos básicos semimanufaturados e manufaturados aumentaram (tendo havido uma queda no ano de 2009 em razão da crise financeira mundial). Nota-se que de 2009 para 2010 o valor das exportações de produtos básicos superou o de produtos manufaturados. Isso é reflexo não apenas do aumento das quantidades exportadas (como se observará adiante), mas do expressivo aumento dos preços das mercadorias básicas.

Gráfico 5 – Evolução das exportações por fator agregado de 2000 a 2010 (US\$)



Fonte: MDIC (2011).

O Gráfico 6 mostra a participação percentual dos produtos exportados classificados por fator agregado em relação ao total da pauta ao longo do período de 2000 a 2010. A participação dos bens manufaturados se mantém relativamente estável ao longo da década. As participações das exportações de bens manufaturados e básicos, entretanto, invertem-se: ao longo do período a participação de produtos básicos é acentuada, enquanto que a de produtos manufaturados é reduzida, sendo que no ano de 2007 há uma inflexão, acentuando-se desde então, uma inversão, que se concretiza em 2009.

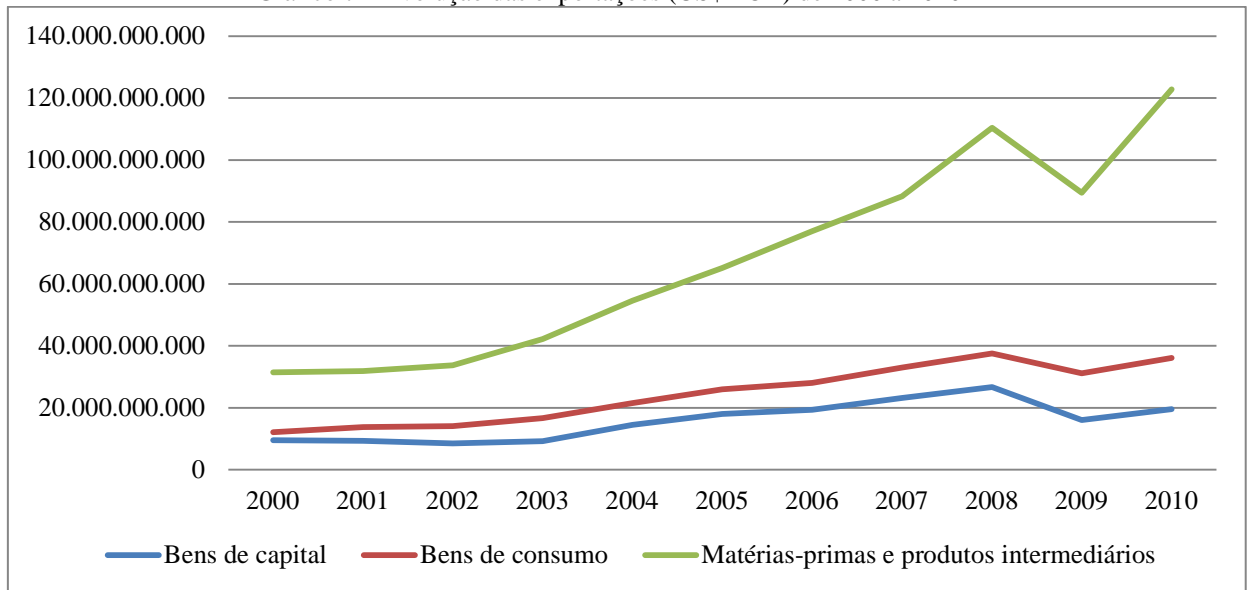


Fonte: MDIC (2011).

O Gráficos 5 e o Gráfico 6 podem ser indicativos de um processo de reprimarização pelo qual passa o Brasil. Esse processo pode ser fruto de uma desindustrialização que exista atualmente no Brasil, a experiência de uma presente doença holandesa, ou simplesmente, o resultado da crise econômica de 2008. Há, contudo, de destacar as evidências que marcam o processo de reprimarização, sem tratar, neste trabalho, das suas causas, visto que a relevância deste tema faz com que mereça o cuidado de ser mais bem avaliado em uma investigação própria.

Por meio do Gráfico 7 é possível perceber um aumento em valor nas exportações de bens de capital, de consumo (duráveis e não-duráveis) e de matérias-primas e produtos intermediários, havendo um aumento mais significativo em relação a matérias-primas e produtos intermediários, inclusive em relação à recuperação após a crise internacional

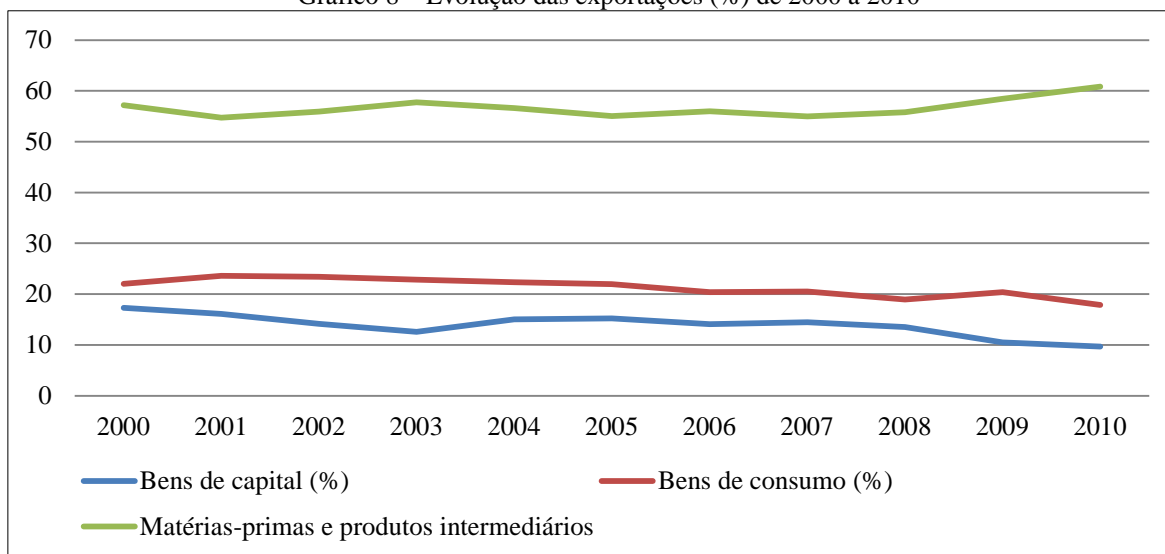
Gráfico 7 – Evolução das exportações (US\$ FOB) de 2000 a 2010



Fonte: MDIC (2011).

A participação percentual sobre o total de exportações não se alterou tanto ao longo dos anos, mas a partir de 2009 houve um aumento da participação percentual das matérias-primas e produtos intermediários, bem como uma redução da participação dos bens de capital e dos bens intermediários. O Gráfico 8 mostra que as matérias-primas e os bens intermediários mantêm certa estabilidade no percentual sobre o total de exportações. De 2009 para 2010, todavia, esses bens passam a representar mais de 60,0% do total das exportações brasileiras. Os bens de consumo e os bens de capital, não obstante, apresentam uma queda de participação nesses dois anos, sendo que pela primeira vez na década os bens de consumo passam a representar menos de 20,0% das exportações e os bens de capital, também pela primeira vez, representam em torno de 10,0% dos produtos exportados, significando uma relevante queda se levar-se em consideração que no início do período se exportava mais de 15,0% em bens de capital e mais de 20,0% em bens de consumo.

Gráfico 8 – Evolução das exportações (%) de 2000 a 2010



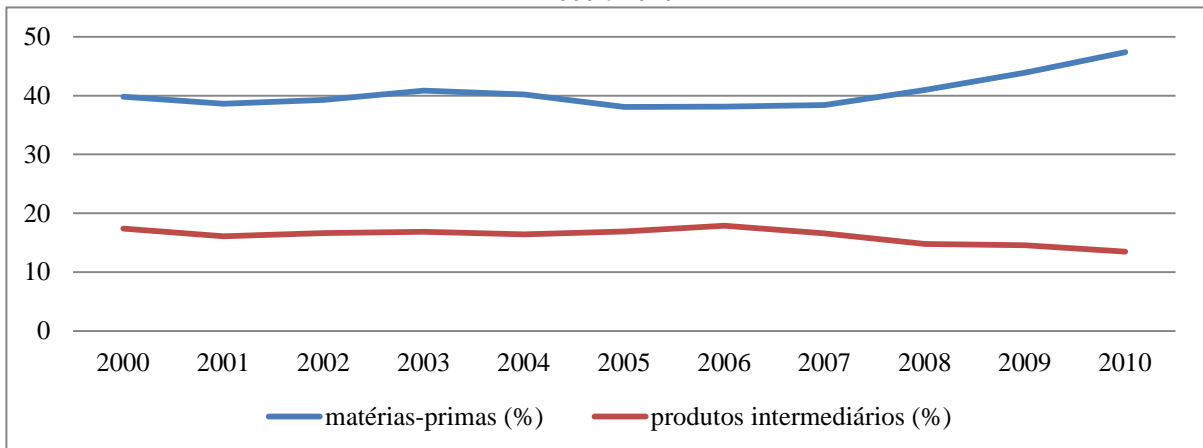
Fonte: MIDIC (2011).

Um fato bastante relevante pode ser observado se dividirmos as matérias-primas e produtos intermediários (como uma única categoria) em dois grupos distintos: matérias-primas (sendo um deles) e produtos intermediários (sendo o outro). No Gráfico 9 é feita essa distinção. Nota-se que há um aumento acentuado na participação das exportações de matérias-primas de 2007 em diante e uma redução na participação das exportações dos produtos intermediários de 2006 em diante. Disso se conclui que o aumento das exportações de matérias-primas e produtos intermediários ocorre na verdade em razão do aumento nas exportações das matérias-primas.¹

A evolução nas exportações brasileiras é forte determinante de um vigente processo de reprimarização da pauta exportadora. Esse processo, como mencionado anteriormente, pode ser atribuído à valorização internacional e à alta de preços internacionais de alguns produtos básicos. Outros fatores importantes para o que ocorre são explicados pelas teorias clássicas e modernas de comércio internacional, como a presença de mão de obra de baixo custo, grandes extensões de terra, clima favorável etc.. No decorrer deste capítulo discorrer-se-á sobre alguns dos bens sobre os quais o Brasil apresenta vantagens comparativas, razão para que expanda a exportação de tais produtos.

¹ De acordo com os dados disponíveis no *site* do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (outubro de 2011), as exportações de matérias-primas e produtos intermediários foram de US\$ 31,5 bilhões em 2000 e de US\$ 122,8 bilhões em 2010, sendo que em 2011 elas atingiram, até setembro, US\$ 121,2 bilhões (51,01% para matérias-primas).

Gráfico 9 – Comparativo entre exportações de matérias-primas e produtos intermediários (%) entre os anos de 2000 e 2010



Fonte: MDIC (2011).

3.2 AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

Os principais produtos exportados no ano de 2011 estão relacionados na Tabela 4. Esses produtos têm se mantido no topo da pauta exportadora ao longo de toda a década, alternado-se na liderança das exportações em termos de valor (US\$).

Tabela 4 – Principais produtos exportados – de 2006 a 2010

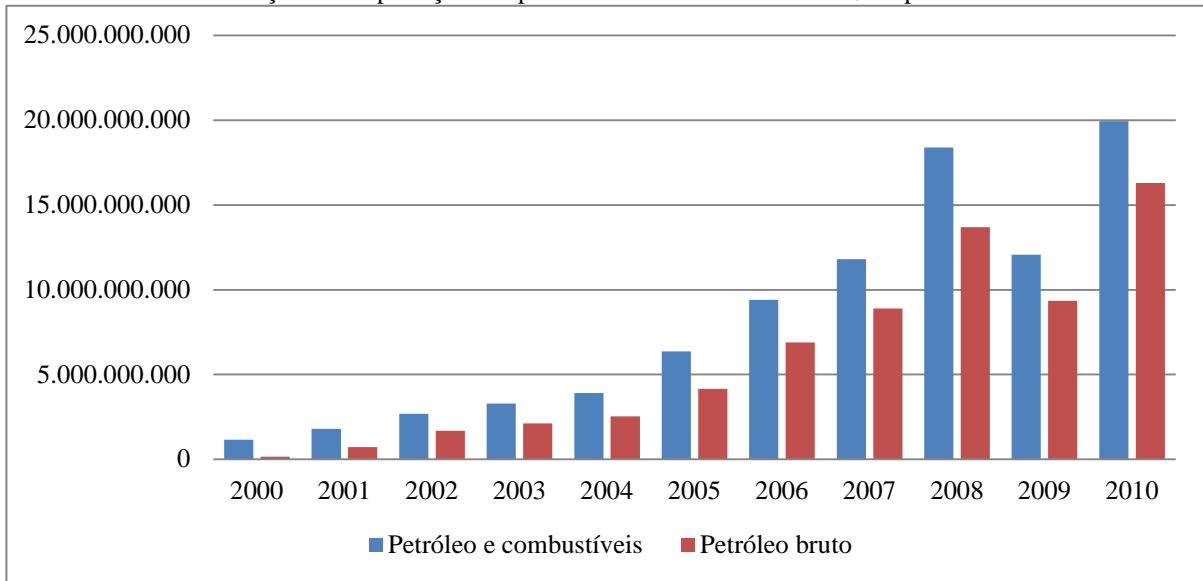
| Produto | Valor 2006 | % 06/05 | Valor 2007 | % 07/06 | Valor 2008 | % 08/07 | Valor 2009 | % 09/08 | Valor 2010 | % 10/09 |
|---------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|
| Minérios | 9.755 | 22,5 | 12.026 | 23,3 | 18.727 | 55,7 | 14.453 | -22,8 | 30.839 | 113,4 |
| Petróleo e combust. | 13.005 | 44,4 | 16.042 | 23,4 | 23.047 | 43,7 | 14.947 | -35,1 | 22.890 | 53,1 |
| Complexo soja | 9.311 | -1 | 11.386 | 22,3 | 17.986 | 58 | 17.251 | -4,1 | 17.115 | -0,8 |
| Material de transporte | 20.444 | 7,8 | 23.865 | 16,6 | 27.026 | 13,2 | 16.160 | -40,2 | 21.748 | 34,6 |
| Produtos metalúrg. | 14.676 | 17,2 | 16.100 | 9,6 | 19.427 | 20,7 | 11.104 | -42,8 | 12.948 | 16,6 |
| Químicos | 9.112 | 23,2 | 10.914 | 19,5 | 12.225 | 12 | 10.877 | -11 | 13.477 | 23,9 |
| Carnes | 8.510 | 7,4 | 11.095 | 30,3 | 14.283 | 28,7 | 11.471 | -19,7 | 13.292 | 15,9 |
| Açúcar e etanol | 7.771 | 67,2 | 6.578 | -15,4 | 7.873 | 19,7 | 9.716 | 23,4 | 13.776 | 41,8 |
| Máquinas e equip. | 7.692 | 12 | 8.724 | 12,5 | 9.671 | 10,9 | 6.256 | -35,3 | 8.187 | 30,9 |
| Café | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | 4.733 | 22,7 | 4.251 | -10,2 | 5.739 | 35 |
| Papel e celulose | 4.006 | 18,6 | 4.726 | 17,9 | 6.834 | 23,5 | 5.001 | -14,3 | 6.769 | 35,4 |
| Equip. elétricos | 5.807 | 17,9 | 5.712 | -2,3 | 6.500 | 13,8 | 4.964 | -23,6 | 4.815 | -3 |
| Calçados e couro | 3.989 | 13,7 | 4.389 | 9,7 | N. D. | N. D. | 2.764 | -32 | 3.513 | 27,1 |
| Metais e pedras preciosas | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | 2.270 | 30,7 |
| Fumo e sucedâneos | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | N. D. | 3.046 | 10,7 | 2.762 | -9,3 |

Obs.: N.D. é não disponível.

Fonte: MDIC (2011).

No Gráfico 10 pode-se observar a evolução das exportações de petróleo bruto e de petróleo (bruto, refinado etc) e combustíveis. Percebe-se que a participação do petróleo bruto sobre o total de exportações de petróleo e combustíveis, em valor (US\$), foi de 13,68% em 2000 e 81,7% em 2010 (passou de US\$ 158, 6 milhões para US\$ 15.8 bilhões), sendo que este percentual foi crescente em todo o período. Da mesma maneira que as exportações em geral, esse produto teve uma redução no nível das exportações no ano de 2009 em razão da crise financeira mundial. A crise, contudo, não foi o único motivo para a queda: foi registrada no mercado internacional uma redução no nível de preços desses bens. Isso, entretanto, não ocorre em termos de quantidade, como se observa no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Evolução das exportações de petróleo e combustíveis em US\$ no período de 2000 a 2010

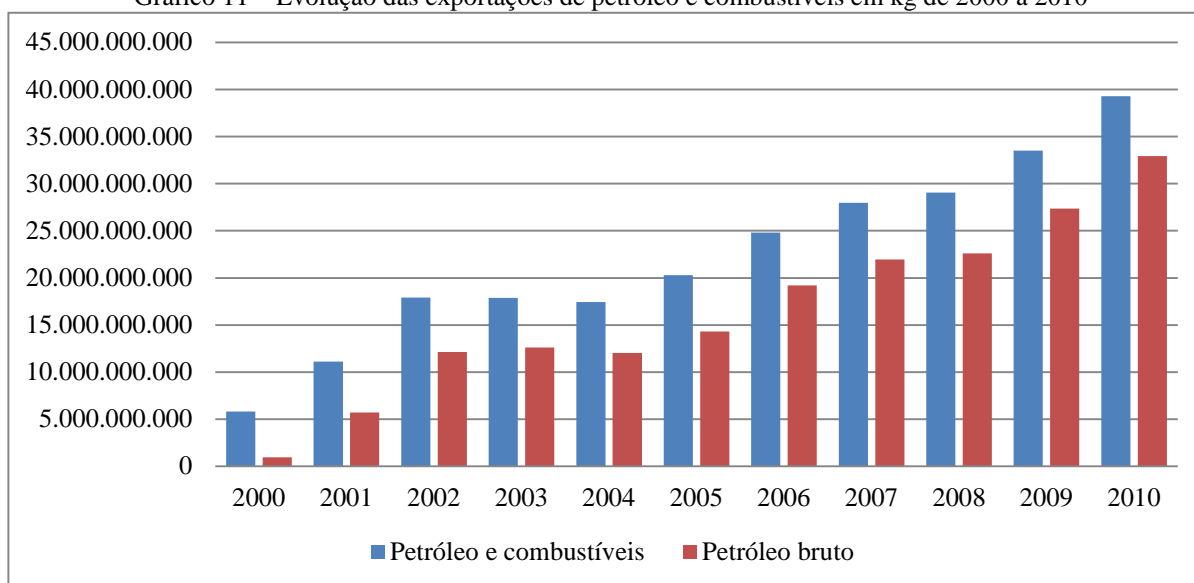


Fonte: MDIC/ALICE (2011).

A evolução das exportações de petróleo e combustíveis em quilogramas foi crescente durante o período, tendo havido uma leve queda e recuperação entre os anos de 2002 e 2005. Pode-se notar que, da mesma forma que acontece com os dados em valores, quando analisados em termos de quantidades, há um aumento importante na participação do petróleo bruto em relação ao total de petróleo e combustíveis exportados, tendo subido de 16,57% em 2000 para 83,82% em 2010.

A análise do Gráfico 10 e do Gráfico 11 remonta um processo em que aumentam as exportações do bem *in natura* em relação ao total de exportações, havendo mais um dado suportando a tese da reprimarização da pauta de exportações brasileira. O ano de 2011 (embora não presente nos gráficos) mostra essa mesma tendência, visto que o total de exportações de petróleo bruto em relação a petróleo e combustíveis de janeiro a setembro fica em torno de 80,0%.

Gráfico 11 – Evolução das exportações de petróleo e combustíveis em kg de 2000 a 2010



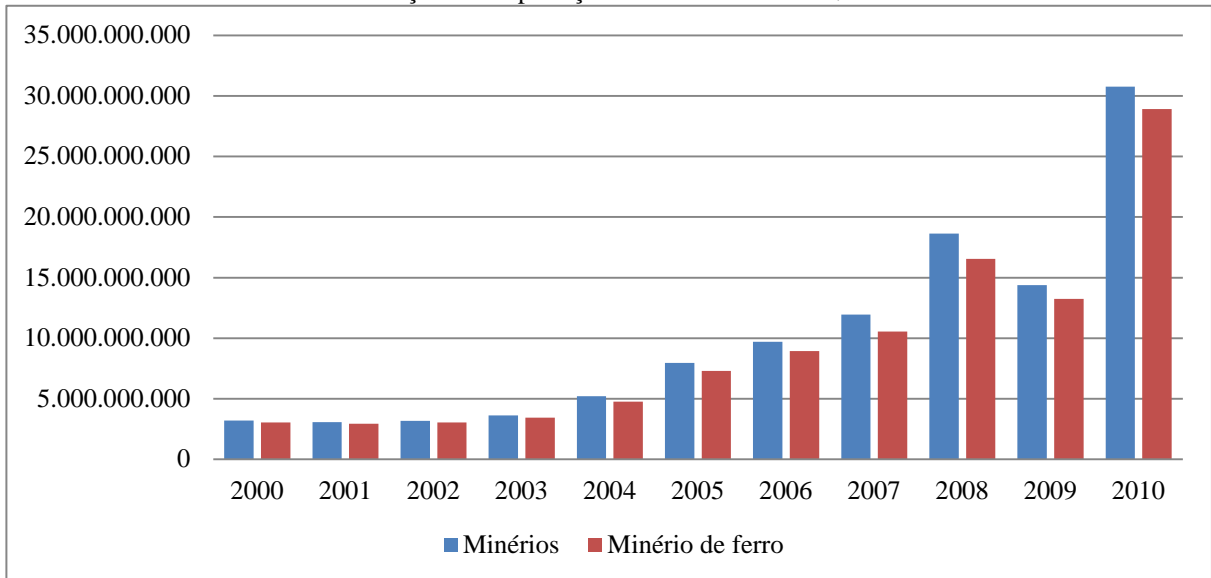
Fonte: MDIC/ALICE (2011).

A evolução das exportações de minérios e minério de ferro pode ser observada no gráfico abaixo em termos de valores (em US\$). Nota-se que, da mesma maneira que ocorre com o petróleo, há uma queda das exportações de 2008 para 2009, havendo uma recuperação acentuada no ano de 2010.

Embora não especificado no gráfico, ressalta-se que o ano de 2011 (janeiro a setembro) superou o ano de 2010 em termos de valor, mas não em termos de quantidade, significando uma alta dos preços internacionais desta *commodity*. Pode-se afirmar que isto se deve essencialmente ao minério de ferro, visto que compreende mais de 90,0% do valor total exportado durante o período (com exceção de 2007 e 2007 que este percentual cai para 88,0%).

Outro fato que deve ser destacado é o aumento do valor das exportações no final da década. Observando o Gráfico 12, nota-se que as exportações em termos de quantidade dobraram de 2000 para 2010. Em termos de valor, contudo, esse aumento ocorre em dez vezes. Isso reforça a tese das vantagens comparativas que o Brasil tem sobre as *commodities* em relação ao resto do mundo, o que nesse caso se manifesta pela alta dos preços internacionais.

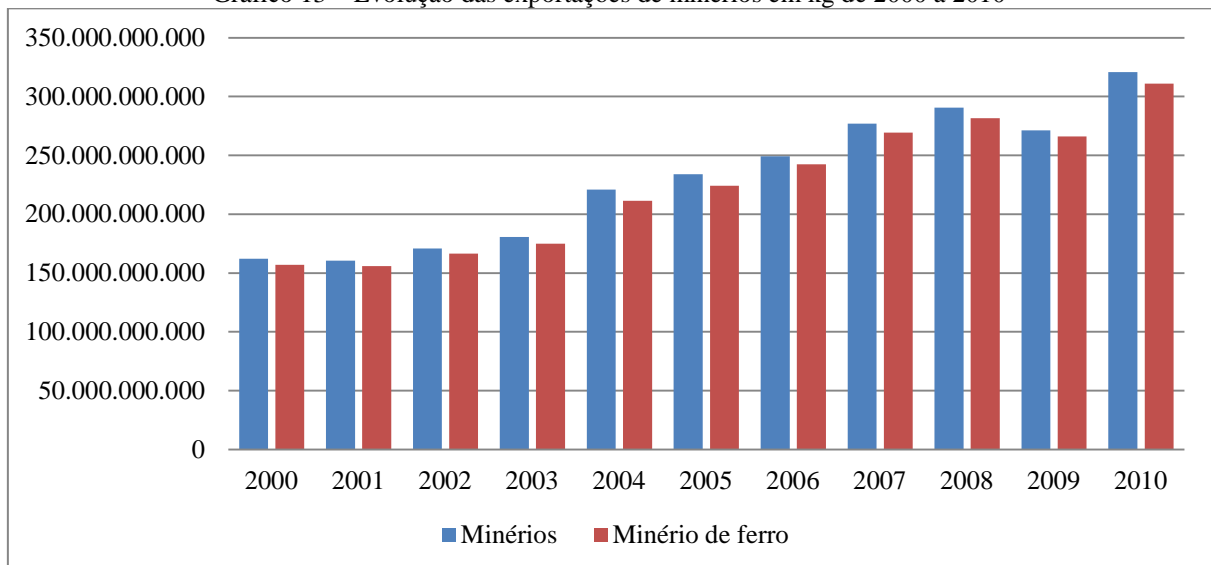
Gráfico 12 – Evolução das exportações de minérios em US\$ de 2000 a 2010



Fonte: MDIC/ALICE (2011).

Observando-se de forma conjunta o Gráfico 12 e Gráfico 13, fica claro o aumento exponencial das exportações ao longo da década em dólares, mas também um aumento bem menos acentuado se consideradas as quantidades. Evidencia-se, novamente, o grande aumento do ano de 2009 para 2010 em termos de dólares e um aumento não tão elevado em quantidade, o que claramente remonta ao aumento do preço, em especial, do minério de ferro no mercado internacional.

Gráfico 13 – Evolução das exportações de minérios em kg de 2000 a 2010



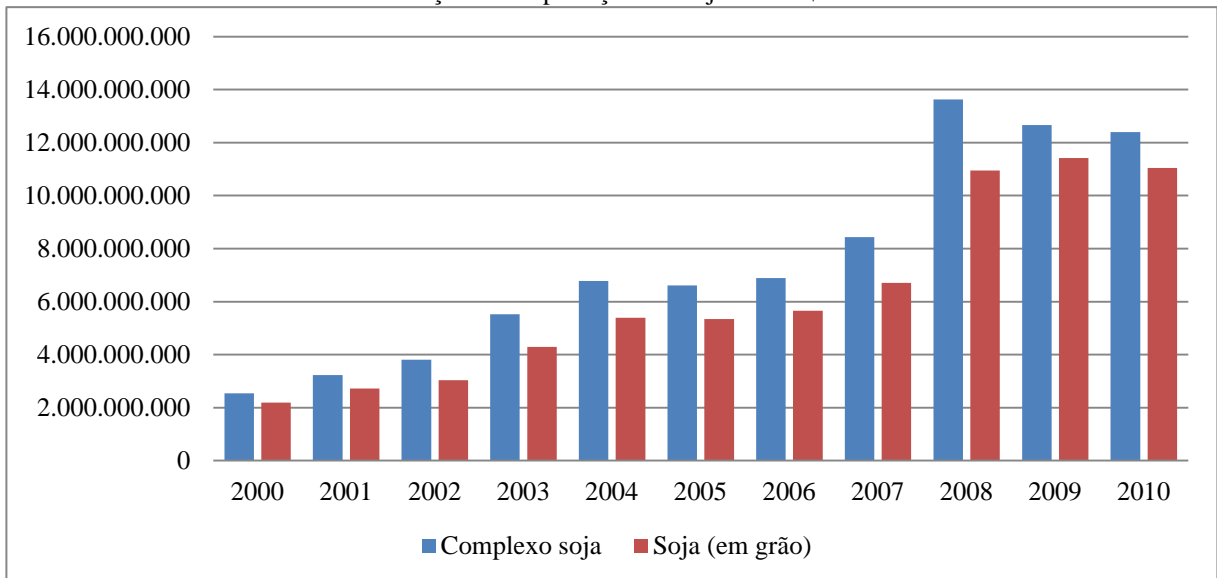
Fonte: MDIC/ALICE (2011).

A evolução das exportações de soja (em valores em US\$) pode ser observada no gráfico abaixo. Há um claro aumento do início da década até o ano de 2008, havendo

reduções desse ano em diante. No ano de 2011 (janeiro a setembro), entretanto, há uma recuperação bastante importante, visto que as exportações do complexo soja já ultrapassam US\$ 15,0 bilhões, bem como as exportações do grão que ultrapassam a margem de US\$ 14,0 bilhões. Isso, porém, é devido à oscilação dos preços, pois se verifica pelo Gráfico 15 que o *quantum* exportado sempre foi crescente.

Um dado bastante relevante para a análise em questão é a participação do grão da soja no total de exportações do complexo soja. Essa fica em torno de 80,0% durante o período, aumentado para cerca de 90,0% a partir de 2009. O alto nível de exportações do bem *in natura* comparado ao nível de exportações do bem processado reflete a primariedade da pauta em relação a esses bens, inclusive ao aumento da participação do grão sobre o total exportado.

Gráfico 14 – Evolução das exportações de soja em US\$ de 2000 a 2010

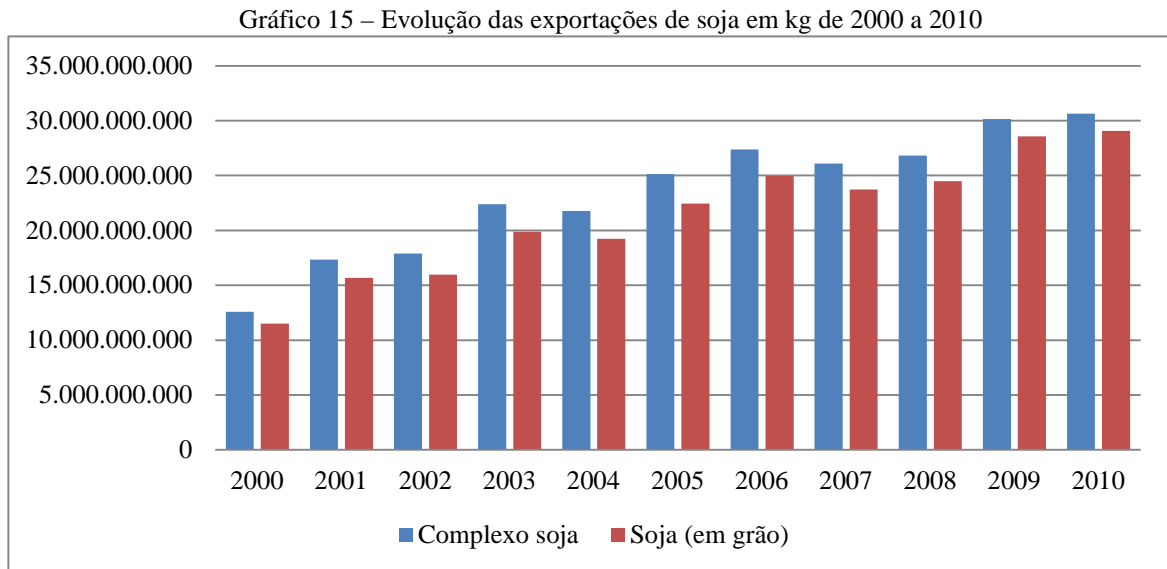


Fonte: MDIC/ALICE (2011).

Abaixo segue o progresso das exportações da soja em quilogramas. Observa-se que, em quantidades, houve uma redução das exportações nos anos de 2004 e 2007, mantendo-se estável nos anos de 2009 e 2010. Essa estabilidade pode ser também esperada para o ano de 2011. Se ambos os gráficos forem observados conjuntamente, fica clara a alta de preços no ano de 2008 e 2011, pois a quantidade do corrente ano ainda não chegou ao patamar do ano anterior; contudo, o valor exportado supera qualquer um registrado ao longo do período em análise.

Em termos percentuais, a participação da soja em grãos é maior em termos de quantidade que em termos de valor (pois obviamente o produto com valor agregado tende a

ter um maior valor no mercado). Esse percentual fica em torno de 90,0% até o ano de 2008, passando, posteriormente, para 95%.

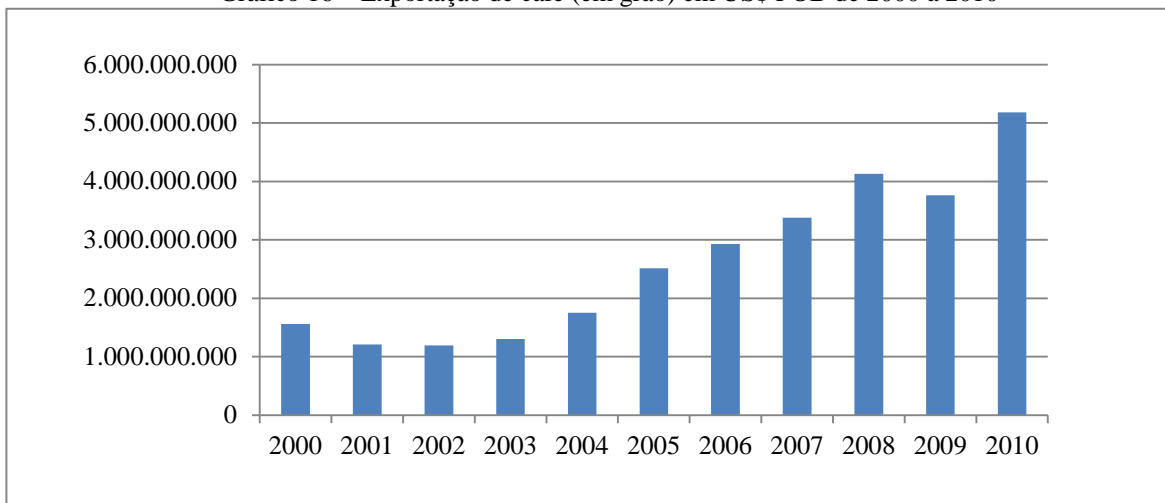


Fonte: MDIC/ALICE (2011).

O café é historicamente um dos principais produtos exportados pelo Brasil, tendo ao longo do século XX reduzido drasticamente sua participação na pauta de exportações. Isso, porém, não retirou o café da lista de produtos mais exportados pelo país.

No gráfico abaixo, pode-se perceber como se deram as exportações de café ao longo da última década em termos de valor. Identifica-se facilmente uma redução do valor das exportações no início do período (2000 a 2001), seguida de um aumento até o ano de 2008. Da mesma maneira que a maior parte dos demais produtos exportados, houve uma redução no ano de 2009 e uma recuperação no ano de 2010, sendo que no ano de 2011 (de janeiro a setembro) o valor registrado é ainda maior.

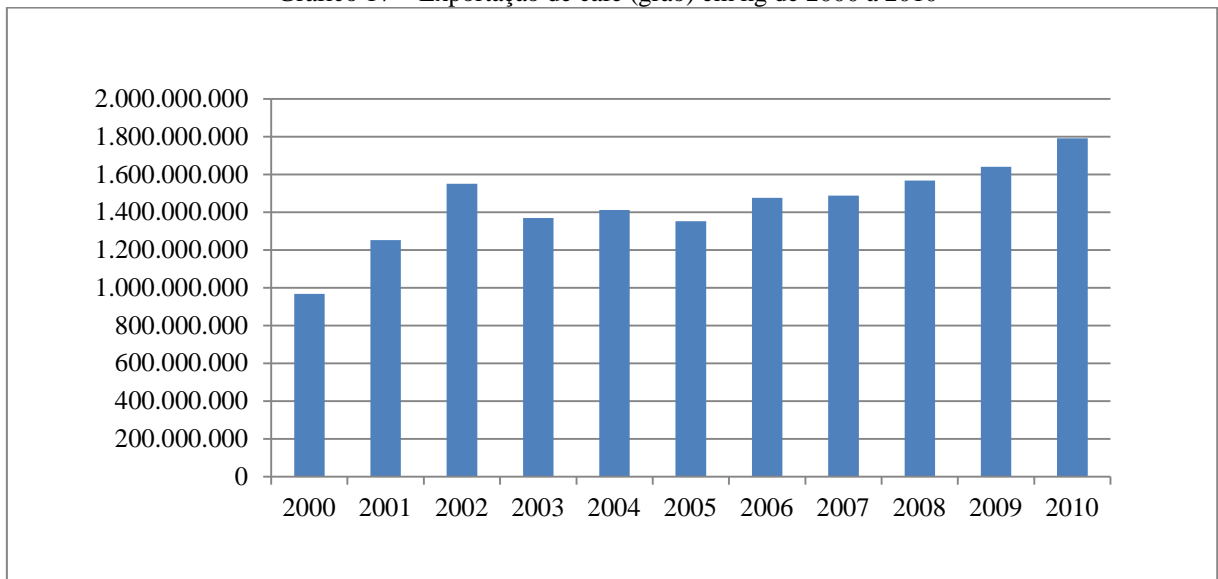
Gráfico 16 – Exportação de café (em grão) em US\$ FOB de 2000 a 2010



Fonte: MDIC/ALICE (2011).

Abaixo se tem a descrição gráfica do progresso das exportações de café em termos de quantidade. Analisando-se conjuntamente o Gráfico 16 e o Gráfico 17, nota-se que a variação de valores e quantidades exportadas não são coincidentes em todo o período: percebe-se que houve um aumento da quantidade exportada no início da década, justamente quando se tem uma redução no valor exportado, sendo que o aumento do valor exportado entre 2003 e 2008 foi muito mais acentuado que o aumento das quantidades (tendo até mesmo havido uma redução de quantidade no ano de 2005, mas aumento de valor exportado). A redução das exportações em dólares no ano de 2009 não é acompanhada de uma redução de exportações da quantidade. Como foi mencionado anteriormente, o valor exportado no de 2011 é superior ao valor no ano de 2010, mas a quantidade ainda é inferior. Isso demonstra uma valorização no preço do café nesse período.

Gráfico 17 – Exportação de café (grão) em kg de 2000 a 2010



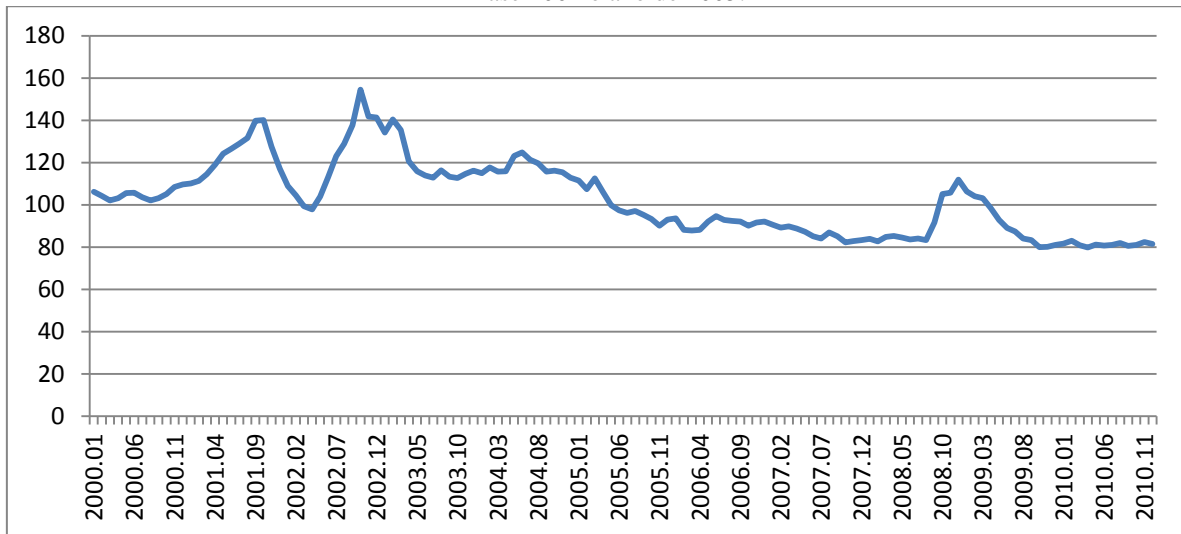
Fonte: MDIC/ALICE (2011).

3.3 A TAXA DE CÂMBIO E OS PREÇOS DOS PRODUTOS EXPORTADOS

Os aumentos nos valores e nas quantidades exportadas ao longo da década anteriormente apresentados poderiam ser resultado de uma moeda nacional desvalorizada, induzindo um aumento nas exportações. O Gráfico 18 mostra a evolução do índice da taxa de câmbio real entre real e dólar ao longo do período. Depreende-se do gráfico que, ao contrário do sugerido, a evolução do câmbio não se mostra favorável para os exportadores. Há uma maior vantagem para a exportação entre os anos de 2001 a 2004, tendo se mantido baixo desde então, com exceção dos três meses finais de 2008 e dos três iniciais de 2009.

Apesar da valorização do real frente ao dólar (principalmente ao final da década) as exportações têm aumentado, sendo que esse aumento é mais marcante se considerada a variável valor do que a variável quantidade. Isso evidencia a alta precificação internacional das *commodities*. Esse fator foi determinante para a reprimarização da pauta exportadora.

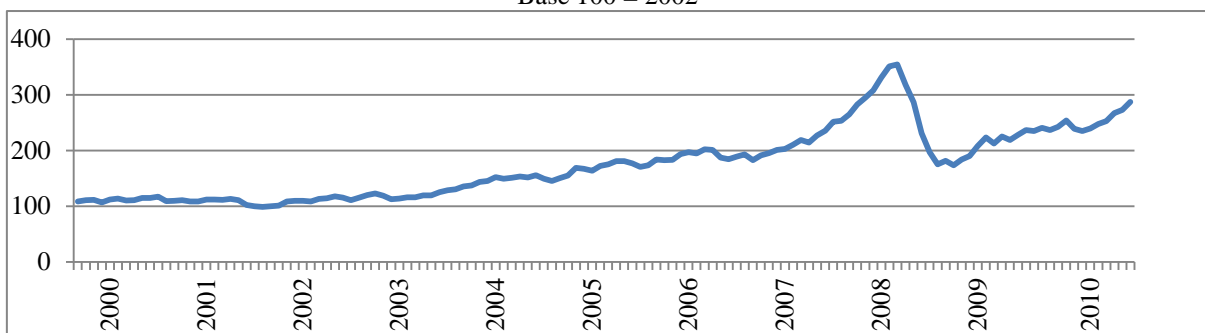
Gráfico 18 – Índice da evolução da taxa de câmbio (dólar) de 2000 a 2010
Base 100 no ano de 2005.



Fonte: IPEADATA (2011).

O Gráfico 19 mostra a evolução do índice geral de preços das *commodities* disponível no site do IPEA, tendo como base o ano de 2002. É bastante evidente o aumento dos preços desses produtos básicos no período, sendo essa certamente a principal razão para o processo de reprimarização. Houve uma considerável queda desses preços de 2008 para 2009, mas é irrefutável a recuperação dos preços no mercado internacional para o ano de 2010.² Conclui-se, portanto, que o processo de reprimarização não ocorre por razões relacionadas à conjuntura interna, mas ao ambiente internacional.

Gráfico 19 – Índice geral de preços das *commodities* no período de 2000 a 2010.
Base 100 = 2002



Fonte: IPEA.

Voltando ao Gráfico 4, observa-se que as exportações vêm aumentando de maneira geral ao longo da década de 2000. Considerando-se que essas exportações são de bens básicos, semimanufaturados e manufaturados, percebe-se que há um aumento em todas as

² O ano de 2011 inicia também com um aumento do índice.

categorias, mas esse aumento ocorre de maneira muito mais saliente em relação aos bens básicos, havendo uma inversão entre os bens básicos e manufaturados na participação sobre o total de exportações, o que pode ser observado no Gráfico 5 e Gráfico 6, evidenciando-se mais exportações de bens com menor fator agregado.

Classificando-se os bens exportados em bens de capital, bens de consumo e matérias-primas e produtos intermediários, fica corroborado o grande aumento nas exportações de matérias-primas e bens intermediários e um aumento menos importante nas exportações de bens de capital e bens de consumo, sendo que aquele aumento se deve não ao aumento de exportações de produtos intermediários, mas de matérias-primas (Gráfico 7, Gráfico 8 e Gráfico 9).

A Tabela 1 descreve os principais bens exportados na década de 2000. Esses bens têm se mantido à frente das exportações brasileiras ao longo de todo o período analisado, alternando posições ano a ano. Verifica-se que os produtos primários, os produtos de baixo valor agregado, compõem a maior parte desse grupo, havendo espaço apenas para alguns grupos de bens de mais intensidade tecnológica, tais como material de transporte e produtos metalúrgicos.

A análise da evolução dos bens descritos pelos gráficos de números 10 a 17 demonstram que os bens agrícolas e frutos de extração tendem a ser exportados *in natura*, e não de forma processada. Isso, conjuntamente com o exposto acima, corrobora a tese de uma reprimarização na pauta exportadora brasileira.

4 DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL DE *COMMODITIES*

A hipótese da reprimarização da pauta exportadora brasileira não deve ser avaliada isoladamente, mas em conjunto com a conta de serviços e rendas do balanço de pagamentos. Este capítulo, portanto, fará uma análise do balanço de transações correntes, demonstrando-se que tanto a pauta exportadora como a pauta importadora e a conta de serviços e rendas são essenciais para entender o processo de reprimarização de maneira ampla. Nesse sentido, o objetivo é demonstrar a dependência estrutural que o Brasil apresenta com relação às exportações de *commodities* como sustentadoras da dinâmica econômica nacional. Esse fato já era mencionado por autores como Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Francisco de Oliveira nas décadas de 1960 e 1970, tendo conseguido verificar que tal dependência, além de gerar problemas conjunturais, seria responsável pela continuidade da classificação do Brasil como uma nação subordinada e subdesenvolvida.

Caio Prado Jr., em 1972, não tinha perspectivas otimistas em relação ao Brasil no comércio internacional quando se tratava dos produtos exportáveis, pois acreditava que a conjuntura internacional e as mercadorias de exportação brasileiras não ofereciam vantagens comerciais ao país.

O capítulo será estruturado em duas seções, além desta introdução: uma discorrerá sobre o teor tecnológico das exportações e das importações brasileiras, evidenciando o papel das *commodities* e da indústria de baixo teor tecnológico para as exportações e alta intensidade tecnológica para as importações. A segunda fará uma breve análise acerca de algumas contas do Balanço de Pagamentos, mostrando algumas das consequências em se ter uma pauta exportadora eminentemente primária.

4.1 CONTEÚDO TECNOLÓGICO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

O processo de substituição de importações realizado no Brasil objetivava alterar tanto a pauta de importações quanto a pauta de exportações em termos qualitativos, diversificando essa última de maneira a reduzir a vulnerabilidade intrínseca à dependência a alguns produtos exportáveis tradicionalmente primários. Pode-se afirmar que no período do Milagre Econômico e durante o II PND a pauta exportadora se tornou mais diversificada, havendo menor participação de bens agrícolas.

A modificação qualitativa na pauta de exportações, entretanto, não foi bastante para eliminar a dependência de saldos comerciais gerados por *commodities* ou para compensar a mudança que ocorria na conta de serviços e rendas, fazendo com que o houvesse um resultado negativo sobre o saldo de transações correntes (NASCIMENTO, 2008, p. 7). Apesar do aumento das exportações de bens manufaturados, a importação de bens intensivos em tecnologia mantinha deficitário o saldo da balança comercial, o que era agravado pela conta de serviços e rendas.

No entendimento de Furtado (1983), o Brasil, ao longo de sua história, não se desenvolveu, tendo apenas se modernizado. Por modernização pode se entender que houve uma industrialização a qual atendeu os objetivos de uma elite nacional, para assimilarem o padrão de consumo das sociedades industriais avançadas, sem ter, entretanto, passado por um processo de acumulação necessária para absorver a força de trabalho excedente na economia. Dessa forma, este autor mostra que a industrialização substitutiva torna o país aparentemente independente em relação a bens de consumo finais, mas sem ter adquirido competitividade para participar com estes produtos do comércio internacional.

Forma-se, portanto, uma indústria moderna surgida para atender a uma demanda pré-existente e que, em razão da incapacidade do capital privado nacional fazer frente a esta indústria, recorreu-se ao capital estrangeiro, o qual passou a ser peça-chave para a continuidade do processo de modernização. A partir disso, no entanto, surge uma nova problemática: sempre que houver pressão por parte da demanda, técnicas e equipamentos modernos que são constantemente modificados, dada a evolução tecnológica, são substituídos. Há, ainda, um agravante: vista a velocidade das inovações, os novos equipamentos chegam defasados, o que implica em ausência de competitividade das exportações. Além disso, claramente as possibilidades de exportações dependem das estratégias das empresas multinacionais instaladas no Brasil, havendo um aprofundamento da dependência de importações de bens de capital, o que causa pressões sobre a conta corrente do país. Ressalta-se que as empresas passam a ser consumidoras de tecnologias importadas.

Nota-se, portanto, que há uma persistência da dependência de exportações de *commodities*, as quais mantêm a capacidade de importar, mantendo-se os produtos manufaturados no mercado interno.

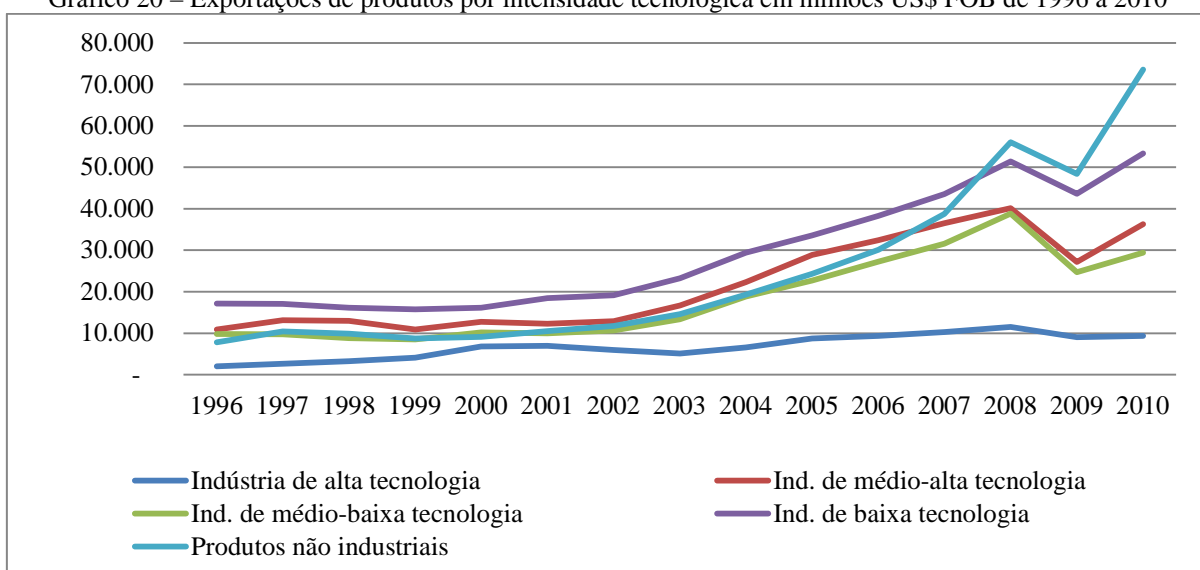
O Gráfico 5 e o Gráfico 6 apresentados no capítulo anterior, mostram que ao longo de todo o período analisado as *commodities* foram as principais responsáveis pela manutenção dos superávits comerciais. Ademais, os dados deixam claro uma dependência contínua (podendo por isso ser chamada estrutural) de exportações de *commodities* para enfrentar o

estrangulamento externo, assegurando uma mínima dinamização à economia. Além das *commodities*, os saldos comerciais positivos são frutos da exportação de bens intensivos em trabalho e recursos naturais e de bens de baixa intensidade tecnológica. Como visto anteriormente, os bens de maior intensidade tecnológica perderam espaço para as matérias-primas e bens intermediários.

A dependência estrutural não existe apenas em relação a saldos comerciais, mas há também um aumento da dependência de importações de bens de maior intensidade tecnológica.

Percebe-se que a pauta de exportações brasileira permanece concentrada em *commodities*, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixo conteúdo tecnológico, enquanto as importações se concentram em produtos com alta e média intensidade tecnológica. Isso pode ser observado na sequência de gráficos, abaixo, os quais mostram a evolução das exportações e importações brasileiras medidas por intensidade tecnológica no período de 1996 a 2010.

Gráfico 20 – Exportações de produtos por intensidade tecnológica em milhões US\$ FOB de 1996 a 2010

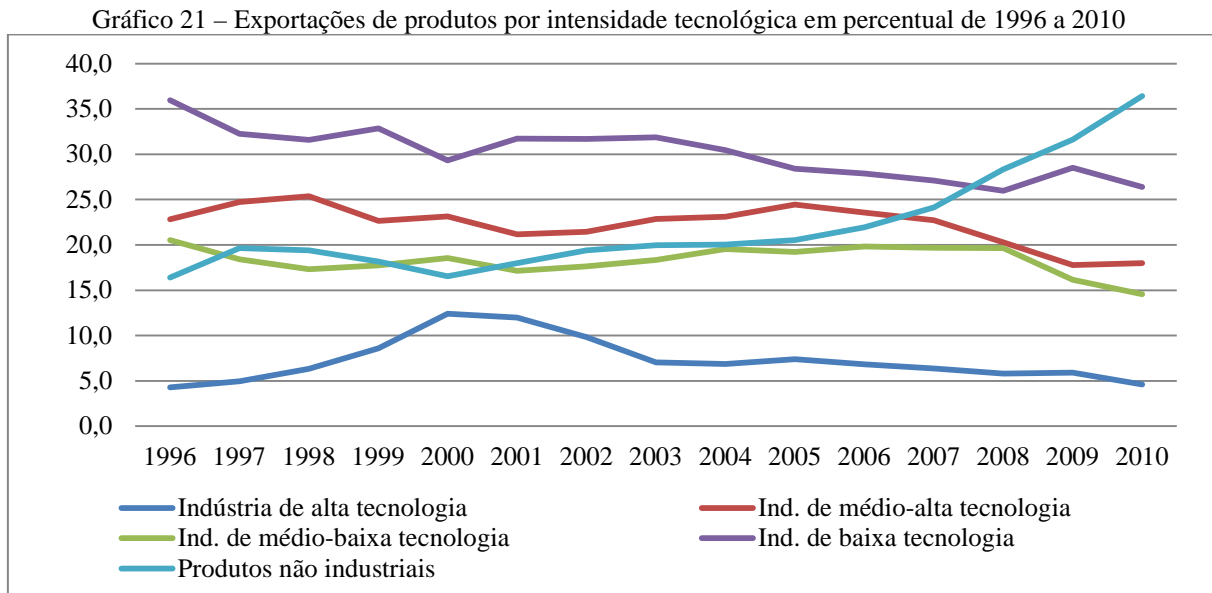


FONTE: MDIC/SECEX (2011).

Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Pelos Gráfico 20 e Gráfico 21, constata-se que os bens provenientes da indústria de alta tecnologia foram os que menos exportaram, tanto em termos de valor quanto em termos de percentuais. A indústria de baixa intensidade tecnológica, por sua vez, foi a que manteve maior participação em exportações, com exceção dos anos finais, quando foi ultrapassada pelos produtos não industriais (onde estão inseridas as *commodities*). Não seguem essa

tendência, entretanto, as indústrias de médio-alta e médio-baixa tecnologia: durante todo o período, a indústria de médio-alta tecnologia exportou mais que a indústria de médio-baixa tecnologia, tanto em dólares quanto em percentual.

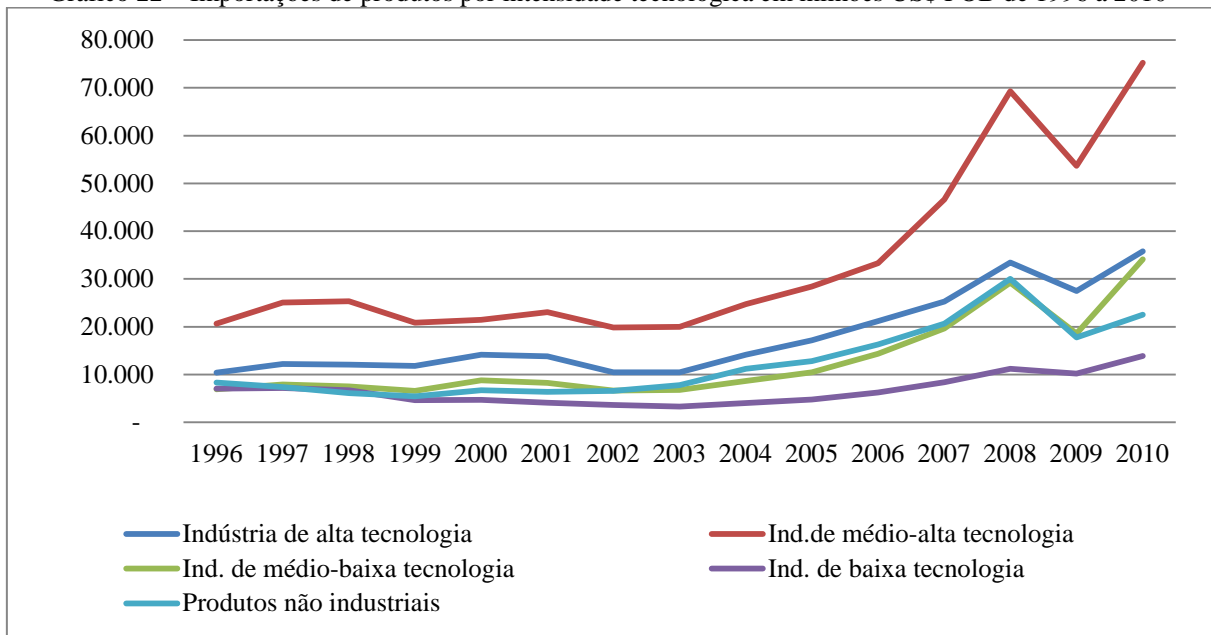


FONTE: MDIC/SECEX (2011).

Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

O Gráfico 22 mostra o desempenho das importações por teor tecnológico no período referido. Vê-se claramente que as importações foram muito mais expressivas em relação aos bens advindos da indústria de médio-alta tecnologia, tendo ficado em segundo lugar as importações de bens da indústria de alta tecnologia. Os bens menos importados foram os de médio-baixa tecnologia. Essa tendência foi seguida em todo o período.

Gráfico 22 – Importações de produtos por intensidade tecnológica em milhões US\$ FOB de 1996 a 2010

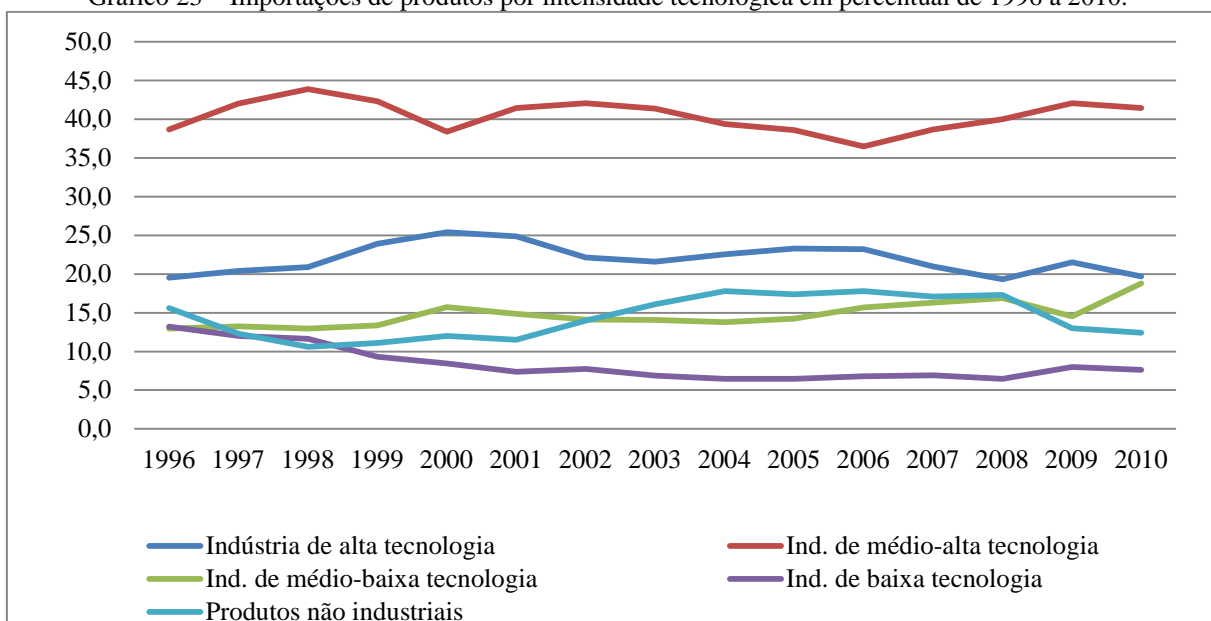


FONTE: MDIC/SECEX (2011).

Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

Observando-se as importações por conteúdo tecnológico em termos percentuais no Gráfico 23, pode-se concluir que elas se mantiveram relativamente estáveis, oscilando em torno de um eixo. Os bens que apresentaram maior variação na participação total das importações (se considerado o teor tecnológico) são os da indústria de médio-baixa tecnologia, os quais são menos importados nos últimos anos.

Gráfico 23 – Importações de produtos por intensidade tecnológica em percentual de 1996 a 2010.



FONTE: MDIC/SECEX (2011).

Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

A necessidade do país em recorrer a exportações de produtos primários para manter o dinamismo da economia é crônica: no passado, para garantir as importações de bens finais de consumo; durante o processo substitutivo de importações (PSI), para assegurar as importações de bens de produção e intermediários; em momento posterior, para garantir a realização dos lucros das empresas que passaram a produzir internamente o que antes era importado; e atualmente, para dar continuidade aos investimentos externos diretos e ao aumento do coeficiente de importação (em especial de bens de capital e intermediários de alto teor tecnológico), podendo-se afirmar ser essa uma maneira privilegiada de acessar novas tecnologias.

Assim, pode-se afirmar que a pauta de exportações brasileira permanece concentrada (em termos de valor) em *commodities*, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixo teor de tecnologia, ao passo que as importações se concentram em produtos com alta e média intensidade tecnológica. O saldo comercial por conteúdo tecnológico na última década tem seguido o padrão histórico de ser deficitário com relação aos produtos de alta intensidade tecnológica e superavitário para as *commodities*, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e os produtos com baixa intensidade de tecnologia.

Uma economia que se industrializa com base no capital estrangeiro e se integra aos mercados internacionais tem a necessidade de gerar divisas para assegurar a realização dos ganhos desse capital. Contudo, à medida que se mantém o “modelo” brasileiro e se aprofunda a desnacionalização – mantendo-se os problemas de financiamento, as insuficientes políticas industriais e tecnológicas etc. – a dependência de *commodities* aqui tratada passa a ser um processo estrutural, e não apenas um fenômeno conjuntural. Esse processo, entretanto, é recorrente na dinâmica de crescimento *à la stop-and-go*, visto que a economia não pode crescer além de um certo patamar, que é determinado pela capacidade de importar. Questiona-se, portanto, se o agronegócio, as *commodities* e os produtos intensivos em trabalho serão suficientes para sustentar os impactos que um crescimento da economia, seja sobre o volume de importações, seja sobre a conta corrente e o balanço de pagamentos.

O país, por um lado, elevou sua histórica dependência de importações de bens de alto teor tecnológico (principalmente os intermediários e os de capital) e, por outro lado, aumentou a tendência de repatriação dos ganhos de capitais das empresas estrangeiras, as quais aumentaram sua participação relativa na estrutura produtiva do país (GARCIA, 2008). O setor exportador garantidor dessa dinâmica, porém, sempre foi o setor produtor de *commodities*, visto que os setores industriais que poderiam obter maiores superávits comerciais se limitam ao mercado interno.

4.2 ANÁLISE DE ALGUMAS CONTAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

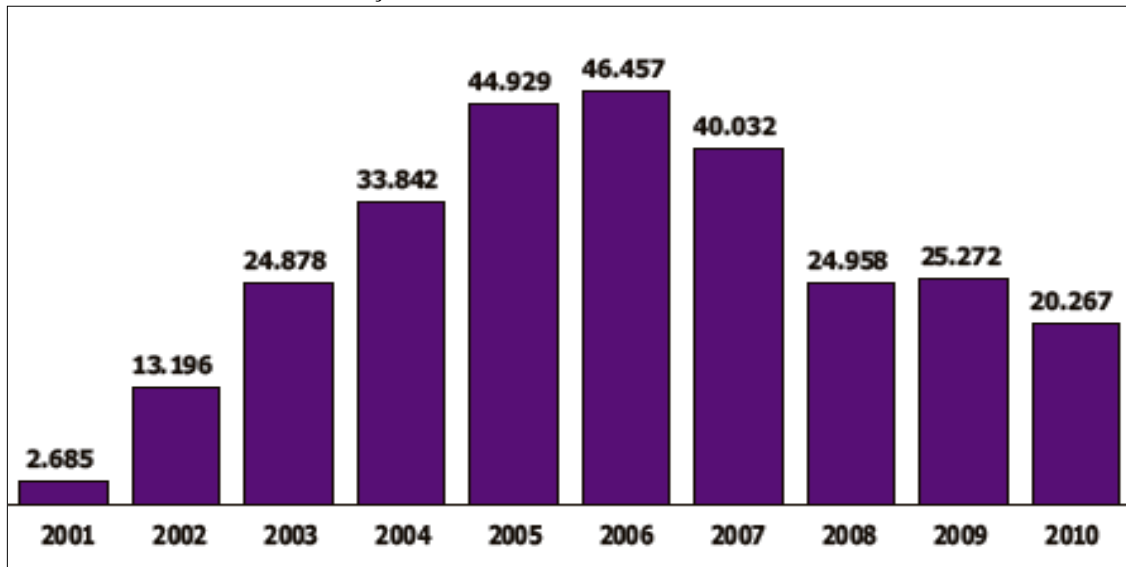
No ano de 2000, as exportações apresentaram uma elevação maior que o aumento das exportações, favorecidas pelo crescimento das relações de comércio mundial. Esse fato, contudo, não bastou para reverter o déficit na Balança Comercial de US\$ 698,0 milhões. Considerando que a desvalorização cambial ocorrida em 1999 não levou aos resultados esperados em termos de reversão desse resultado, foi criado o Programa de Exportações 2001, que objetivava a redução dos custos de exportação, a difusão da cultura exportadora e o estímulo às estratégias empresariais exportadoras. Quanto à importação, o objetivo de modernizar o parque industrial brasileiro resultou na redução das alíquotas de importação de bens de capital sem similares nacionais.

A partir de 2001, o superávit comercial brasileiro foi crescente até o ano de 2006. Com exceção de 2002 (quando houve uma redução das importações), nesses primeiros anos o superávit ocorreu em razão do aumento das exportações. A partir de 2003 as exportações foram beneficiadas por uma conjuntura internacional favorável relacionada ao aumento de preços das *commodities* e à conquista de novos mercados (resultado da crise da “vaca louca” na Europa).

O ano de 2006 atingiu um valor superavitário recorde na Balança Comercial, US\$ 46,1 bilhões, resultantes de políticas de fomento à exportação, desburocratização dos trâmites aduaneiros e da diversificação e ampliação dos mercados de destino. Os incentivos à exportação, concedidos pelo BNDES e pelo Proex, beneficiaram nesse ano especialmente a produção e exportação de máquinas, equipamentos e bens de capital, não tendo o setor primário absorvido uma parte considerável dos recursos.

Os anos seguintes apresentaram superávits na Balança Comercial, mas os valores foram decrescentes até o ano de 2010, tendo havido uma forte queda de 2007 para 2008. Esse movimento pode ser observado no Gráfico 24.

Gráfico 24 – Evolução do saldo comercial de 2001 a 2010 em milhões US\$

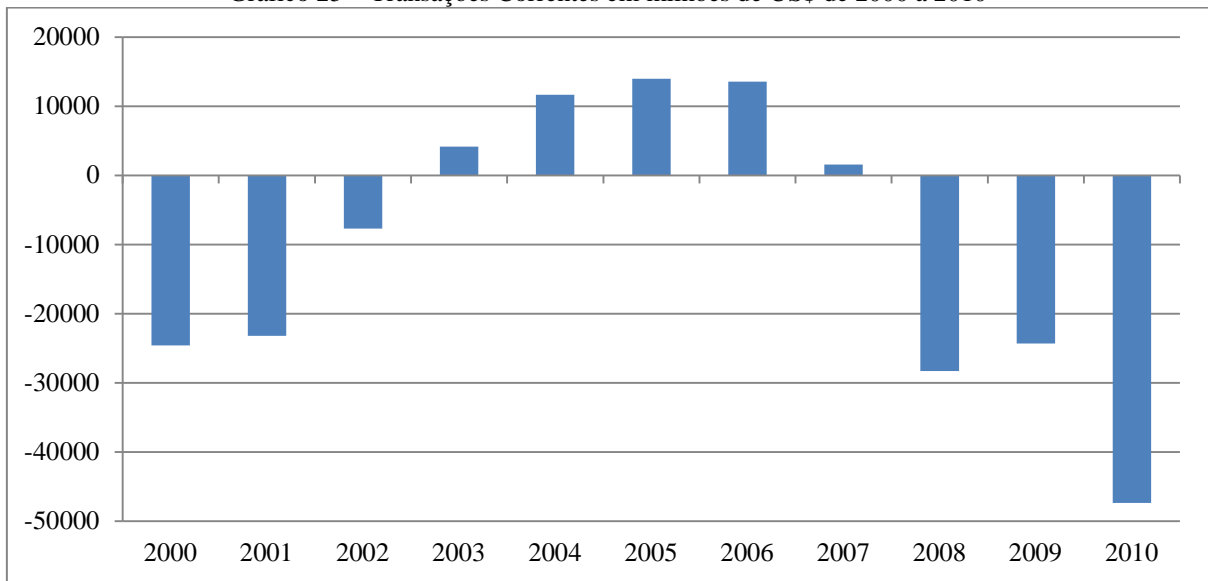


FONTE: MDIC/SECEX (2011).

A capacidade de crescimento do país enfrenta um limite rígido se considerada a restrição externa. O *boom* dos saldos comerciais na década de 2000 (causado pelas *commodities*) não foi suficiente para compensar o forte crescimento do déficit de renda de investimentos diretos. O superávit do Balanço de Transações Correntes obtidos nos anos de 2003 a 2005 foi estacionário em relação ao ano de 2006, quase nulo em 2007 e deficitário em US\$ 28,3 bilhões em 2008.

O déficit em Transações Correntes no Balanço de Pagamentos é histórico. No Gráfico 25 mostra a evolução da referida Conta para o período de 2000 a 2010. Percebe-se em 2000 um déficit de mais de US\$ 20,0 bilhões, momento esse em que também havia déficit comercial no país. A partir de 2001 a conta comercial passa a apresentar superávits, mas as Transações Correntes permanecem deficitárias. Em 2003 essa Conta passa a apresentar um saldo positivo, ficando próximo de US\$ 14,0 bilhões em 2005. Esse resultado se deveu principalmente ao elevado saldo comercial gerado em razão do volume de exportações predominantemente das *commodities*, dos produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixa intensidade tecnológica. O saldo, porém, voltou a ser negativo no ano de 2008, ultrapassando os US\$ 45,0 bilhões em 2010. Essa reversão na Conta de Transações Correntes permite evidenciar o estreito limite de crescimento da economia brasileira, parecendo claro que não se pode depender da capacidade de geração de saldos comerciais apenas com base em *commodities* para manter a dinâmica da economia. Esses acontecimentos parecem sinalizar, portanto, a adoção de políticas industriais mais ativas.

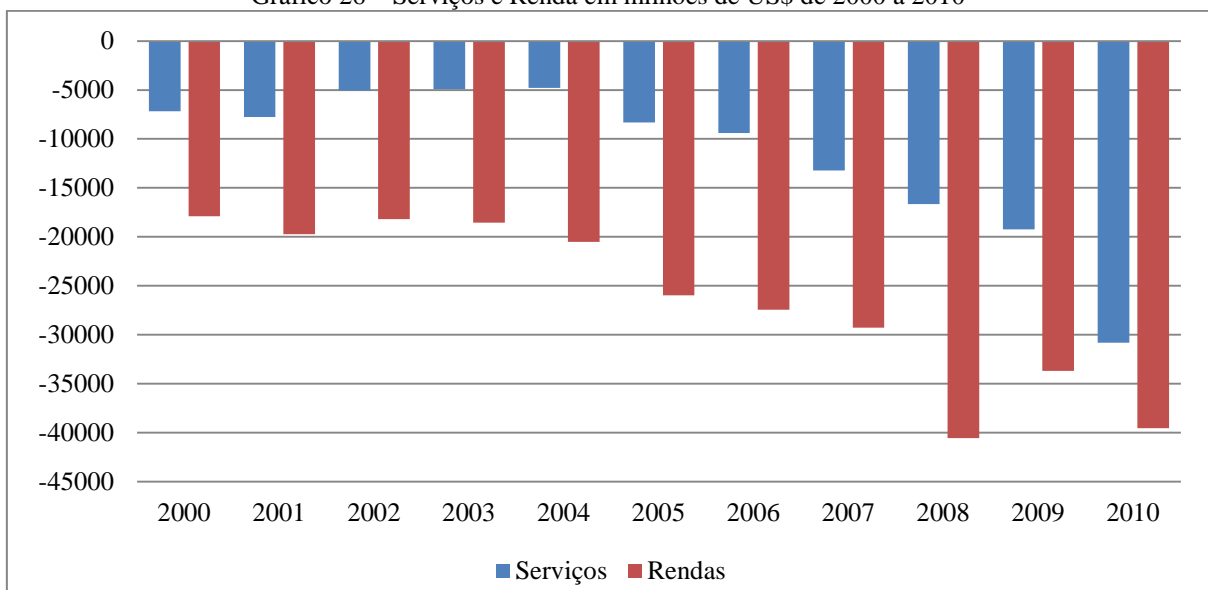
Gráfico 25 – Transações Correntes em milhões de US\$ de 2000 a 2010



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (de 2000 a 2010).

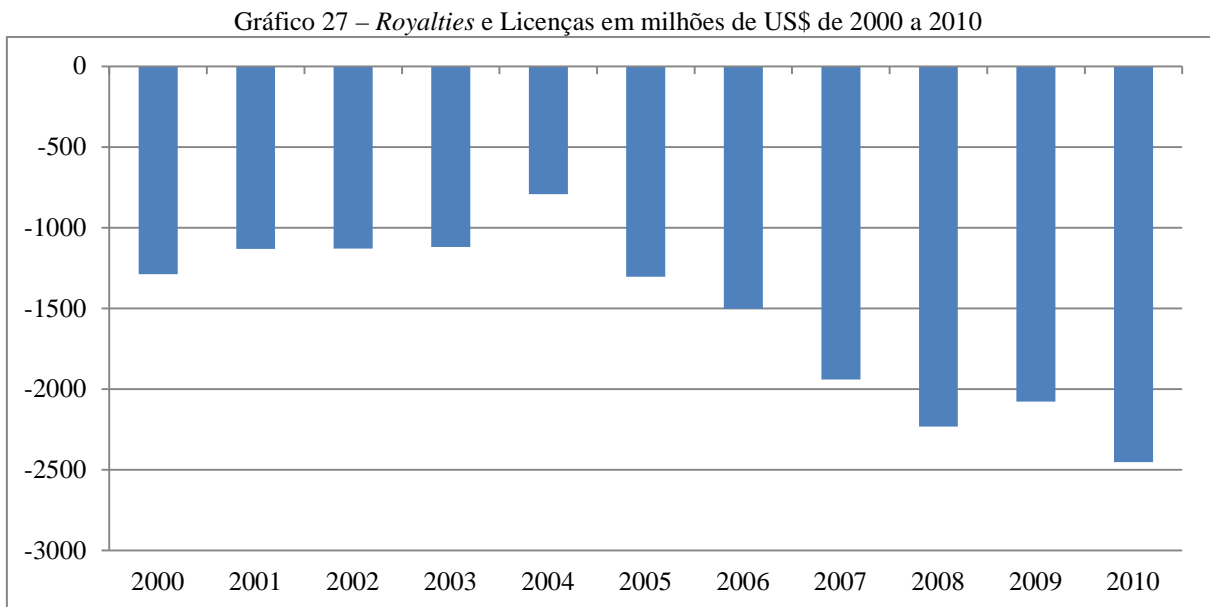
Como se pode deprender do Gráfico 26, a tendência de elevação do déficit nas contas de Serviços e Rendas permanece. Assim, é necessário um esforço exportador cada vez maior, haja vista os resultados negativos na conta de Transações Correntes. Ademais, como mencionado, a qualidade das exportações está longe do ideal, tanto em termos de geração de receita quanto de relações da cadeia com outros setores produtivos e do desenvolvimento econômico nacional, tendo em vista basear-se em produtos básicos.

Gráfico 26 – Serviços e Rendas em milhões de US\$ de 2000 a 2010



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (de 2000 a 2010).

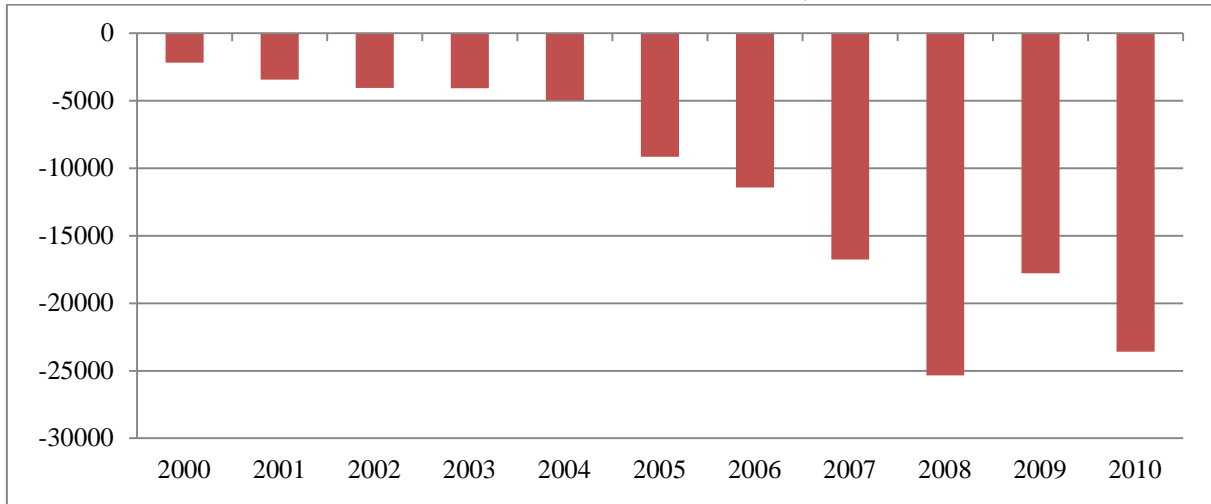
Os déficits crescentes sobre o pagamento de *Royalties* e Licenças representam um aumento no grau da dependência tecnológica e um aumento do custo dessa dependência para o país. A evolução desses pagamentos pode ser observada no Gráfico 27. Nota-se que do início do período até o ano de 2004 houve uma redução no pagamento desses serviços, mas a partir de 2005 houve uma retomada no crescimento do déficit desta Conta, chegando em 2010 ao recorde de US\$ 2,5 bilhões, sugerindo um aumento na dependência de tecnologias estrangeiras. Assim, deve-se refletir sobre a opção de aquisição de tecnologia externa, de pacotes tecnológicos, ao invés do investimento no desenvolvimento de tecnologias nacionais. A inexistência da auto-suficiência tecnológica é um dos elementos que determina a especialização brasileira em bens de baixa intensidade tecnológica.



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (de 2000 a 2010).

O déficit observado pela remessa Lucros e Dividendos na década de 2000 foi visivelmente crescente. Nos primeiros anos, o déficit não ultrapassava os US\$ 4,0 bilhões, tendo dobrado seu valor de 2004 para 2005. O valor máximo de US\$ 25,4 bilhões foi atingido em 2008, seguido por uma redução em 2009 que poder ser atribuída à crise financeira mundial. O crescente déficit indica o crescimento da quantia de divisas internacionais remetidas ao exterior, podendo ser um indicativo do aumento do número de empresas estrangeiras no Brasil, dos resultados obtidos pelo Investimento Externo Direto.

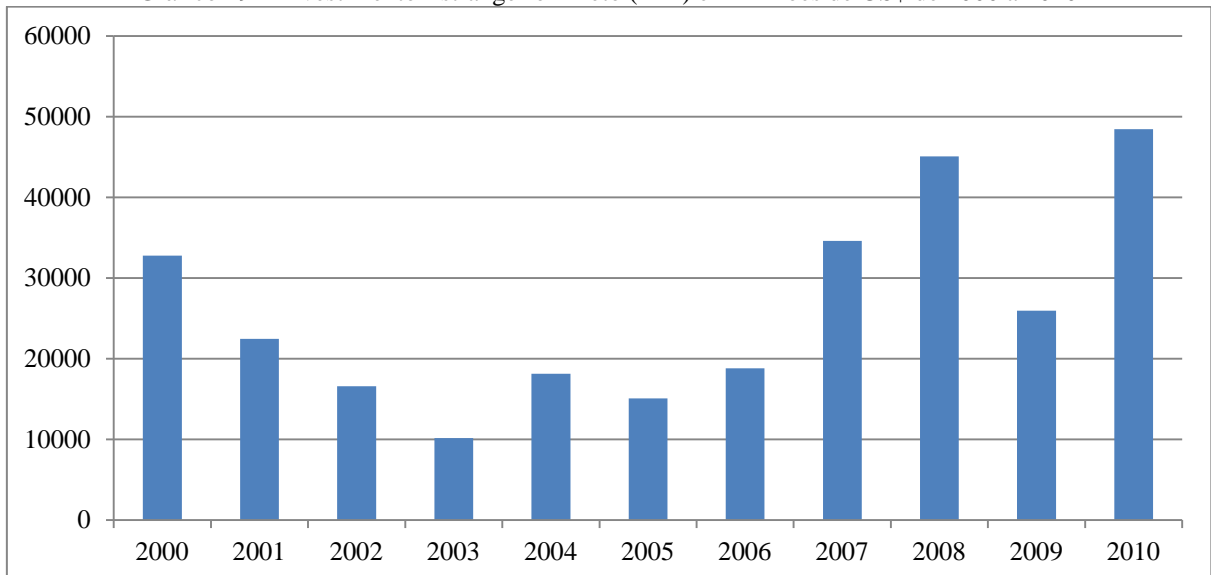
Gráfico 28 – Lucros e Dividendos em milhões de US\$ de 2000 a 2010



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (de 2000 a 2010).

O ano de 2000 apresentou um bom desempenho em relação aos IEDs, tendo havido uma contração até meados da década, resultado de uma queda nas bolsas dos Estados Unidos causada pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, guerras no Oriente Médio e fraudes contábeis, entre outras. Além disso, neste momento o Brasil deparava-se com uma crise energética. Nos anos seguintes foram registrados expressivos aumentos, com exceção do ano de 2009.

Gráfico 29 – Investimento Estrangeiro Direto (IED) em milhões de US\$ de 2000 a 2010



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (de 2000 a 2010).

A queda de IEDs de 2000 a 2003 e 2005 não foi óbice ao aumento da remessa de divisas ao exterior sob a forma de lucros, dividendos, *royalties* e licenças (entre outros). Nos períodos em que houve aumento no IED, por sua vez, houve uma elevação acentuadíssima na

remessa de divisas, o que pode ser explicado pelo aumento da rentabilidade das empresas instaladas no Brasil.

Diferentemente dos IEDs, a conta de Transações Correntes apresentou uma elevação em 2005, o que pode ter resultado da compensação dos saldos comerciais pelo aumento do déficit na conta de Serviços, tendo contribuído a valorização da moeda nacional. Em 2006, a elevação do saldo da conta de Transações Correntes foi interrompida em razão da elevação do déficit na Conta de Serviços e Rendas, ao passo que os IEDs voltaram a crescer em função de um momento de maior liquidez internacional e altas taxas de juros internas.

Conforme De Negri (2005), os IEDs promovem um ganho de eficiência e competitividade nos setores em que se inserem, mas esse ganho é compensado pelo aumento das importações (em especial as de maior intensidade tecnológica), não havendo um acompanhamento proporcional das exportações.

4.3 BREVES REFLEXÕES SOBRE A DEPENDÊNCIA DAS *COMMODITIES*

Como foi visto, as exportações de *commodities* e demais produtos de baixo conteúdo tecnológico têm sido suficientes apenas para sustentar certo nível de necessidades de importação. Para ampliar esse nível seria necessário ampliar as exportações de manufaturados (particularmente aqueles com maior conteúdo tecnológico) que, diga-se de passagem, acabam esbarrando nos seguintes fatores: na insuficiência das políticas industriais e tecnológicas e o “envelhecimento” dos arranjos institucionais nessas áreas (SUZIGAN; FURTADO, 2007); nas dificuldades de acesso a financiamento para investimentos (SUZIGAN; FURTADO, 2007); nas estratégias das empresas transnacionais que preferem importar tecnologias ao invés de gerá-las, competindo, assim, no mercado interno em detrimento do externo (HIRATUKA, 2002); nas dificuldades de natureza técnica e, especialmente, política para efetuar as reformas necessárias das instituições da área de política industrial e tecnológica (SUZIGAN; FURTADO, 2007); no descompromisso com uma taxa de câmbio favorável às exportações de manufaturados – resultado da estratégia adotada de crescimento com poupança externa, cuja consequência é a sobrevalorização cambial (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007); e nos IDEs que se orientam para fusões e aquisições majoritariamente em setores *non tradables*.

Ainda, o crescimento econômico por si só implica na elevação das importações que, no caso brasileiro, estão concentradas em produtos com média e alta tecnologia. Neste contexto, crescendo a economia, será necessário um esforço exportador cada vez maior para

compensar, não apenas a necessidade de importações, mas também a necessidade de remeter divisas ao exterior derivada do crescente ingresso de investimentos direto estrangeiro.

Busca-se trazer a baila um novo elemento ao debate da reprimarização, deslocando-o de lugar. Essa compreensão leva a constatar que o Brasil ainda não foi capaz de eliminar sua dependência de saldos comerciais gerados por *commodities* e que as transformações nos últimos quinze anos conduziram a uma reprimarização da pauta exportadora e a um aprofundamento da referida dependência. Sua superação exige a compreensão do sentido dessa dependência estrutural.

Não se pretende aqui rechaçar o capital estrangeiro, mas evidenciar a necessidade do país em superar essa dependência. As transnacionais instaladas no país, exportadoras de bens intensivos em tecnologia, não têm em seu horizonte estratégico o aumento da competitividade para fora. Faz-se necessário, portanto, que o Estado cumpra o papel de estimular e apoiar através de políticas pró-inovação tecnológica, empresas nacionais no esforço de penetrar nos mercados mundiais mais dinâmicos. Certamente esse seria um passo importante para eliminar a dependência de *commodities*.

Assim, cabe-se indagar se o fim da vulnerabilidade brasileira, uma vez que há tendência de elevação das importações em proporção do PIB, é crível em um contexto em que os crescentes superávits comerciais são apoiados especialmente em produtos primários e de baixa intensidade tecnológica.

Atualmente, o Brasil não tem dificuldades em gerar bons resultados comerciais, sendo, como visto, crescentes. A questão aqui abordada não se preocupa com o fechamento do Balanço de Pagamentos, mas com a qualidade das divisas que geram os superávits e com os efeitos que trazem ao país.

Questiona-se se o Brasil deve aproveitar suas vantagens comparativas na produção de bens básicos, implementando políticas que incentivem a exportação desses a fim de arrecadar divisas ou se a produção de bens industriais não poderia gerar efeitos mais positivos, inclusive em relação ao desenvolvimento nacional. Não se defende, contudo, que os produtos agrícolas deixem de ser produzidos ou exportados, tendo em vista a importância desse tipo de produto, até mesmo na geração de divisas (como exposto anteriormente).

Uma política de diversificação da base industrial promovida juntamente com políticas de inovação tecnológica e de comércio exterior representa um elemento essencial para a redução da vulnerabilidade do Balanço de Pagamentos, através da geração de superávits comerciais sustentados por uma alteração qualitativa da pauta de exportações, para a

promoção da competitividade da indústria e para a redução de pagamentos de *Royalties* e Licenças (o que é um aspecto marcante da dependência tecnológica do exterior).

Nesse sentido, caso o país diminuísse sua dependência por importações intensivas em tecnologia (além do déficit nas contas Serviços e Rendas), além de diversificar a pauta exportadora nacional, protegeria o país de oscilações decorrentes de uma concentração de exportações em produtos agrícolas. Ademais, os produtos provenientes do setor agroexportador apresentam uma baixa capacidade em abrir novos mercados de consumo em razão de sua natureza, o que torna duvidosa a possibilidade de garantir ao país um bom desempenho no comércio exterior no longo prazo.

A competitividade depende fundamentalmente da produtividade dos fatores produtivos e da relação entre os custos domésticos e a taxa de câmbio. No caso do Brasil, a grande competitividade apresentada pelo setor primário está fortemente relacionada à produtividade dos fatores. Não obstante, também é necessário que os produtos apresentem dinamismo no mercado internacional, tornando sua demanda e seu valor crescentes.

Deste modo, a manutenção da subordinação e subdesenvolvimento brasileiro decorrentes da dependência estrutural causada por uma pauta exportadora baseada em *commodities*, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com reduzido conteúdo tecnológico; por uma pauta importadora concentrada em produtos com alto teor tecnológico; o crescente déficit em Transações Correntes (dadas as remessas de divisas ao exterior); geram incerteza em relação à continuidade do crescimento e do desenvolvimento sustentável, de longo prazo do qual poderia se beneficiar o país.

Propõe-se, finalmente, a discussão sobre a retidão do termo *reprimarização* da pauta exportadora, pois se a pauta exportadora brasileira sempre foi composta majoritariamente de produtos primários, não haveria uma volta, não haveria uma *re-primarização*.

5 CONCLUSÃO

Nos anos 1990, com a globalização e o esgotamento do modelo de industrialização via substituição de importações, o Brasil realizou sua abertura comercial com o objetivo de integrar o país à nova ordem mundial marcada pelo aumento da interdependência econômica entre os Estados Nacionais. Nos anos 2000, consolidando-se como ator fundamental desse processo, o País viu a demanda pelas *commodities* que produz aumentar de forma expressiva, o que tornou possível que sua balança comercial apresentasse sucessivos e expressivos superávits, responsáveis por um crescimento econômico que permitiu à economia brasileira entrar no restrito grupo das potências emergentes: o BRIC.

O processo de integração do Brasil foi promovido pelos presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello³, tornando o País mais moderno e mais inserido no mercado internacional. O objetivo era melhorar as condições brasileiras de acesso a mercados, crédito e tecnologias internacionais e restabelecer a credibilidade do Brasil ante seus principais interlocutores no mundo industrializado. Nesse período, a moeda brasileira foi apreciada, de modo a permitir às empresas nacionais importarem máquinas, equipamentos e tecnologias necessárias à modernização da produção.

Esse processo de liberalização da economia possibilitou que o Brasil se especializasse na produção dos bens produzidos com vantagens comparativas, mas terminou por reduzir os setores nos quais não tinha. Esse foi um dos fatores que levou ao processo de reprimarização analisado no Capítulo dois. Outro fator importante que levou à reprimarização foi a elevação dos preços das *commodities*. Os principais mercados destinos das exportações brasileiras são a Ásia/China, o Mercosul e os demais países da América Latina e a União Europeia. Pode-se ainda falar na conquista de novos mercados, como a Europa Oriental, haja vista a grande variação percentual na participação como mercado consumidor de 2010 para 2011 (MDIC, 2011).

A investigação realizada permitiu afirmar que há um processo de reprimarização corrente no Brasil e que esse processo segue no ano de 2011. Considerando o alto preço internacional das *commodities* e os potenciais mercados consumidores, não há razão para crer que esse processo não prossiga nos próximos anos, bem como as previsões sinalizam que o Brasil será o grande fornecedor mundial de bens primários, sendo esse seu principal papel no BRIC.

³ Durante o governo Collor, o superávit da balança comercial brasileira cresceu 42,0%, passando de US\$ 10,7 bilhões em 1990 para US\$ 15,2 bilhões em 1992 (MDIC, 2011).

A tendência à dependência de *commodities* não é recente, já se podendo afirmar que se trata de um fato consolidado. Esta dependência é ocasionada pela necessidade de geração de saldos comerciais positivos a fim de equilibrar as Contas Nacionais acarreta em problemas de ordem estrutural, como por exemplo, a desindustrialização, doença holandesa. Com a crescente necessidade de geração de maiores superávits comerciais, a dependência é aprofundada, o que de fato tem acontecido nesta última década. Estima-se que para o ano de 2011, quase 48% da pauta exportadora será composta por produtos básicos (MDIC, 2011). Consequências graves surgirão com uma apreciação da moeda nacional ou com uma redução dos preços internacionais das *commodities*.

A reprimarização pode ser abordada como uma dependência estrutural por *commodities*, produtos intensivos em trabalho e recursos naturais e com baixo conteúdo tecnológico. Essa dependência ocorre pela necessidade de se gerar superávits comerciais que financiem as importações de bens de capital e intermediários necessários à produção interna. Além disso, é através desses superávits comerciais que se mantêm equilibradas as contas externas que registram os déficits ocasionados pelas remessas de divisas a título de lucros e dividendos de empresas estrangeiras instaladas no Brasil, de pagamentos de *royalties* e licenças pelo uso de tecnologias importadas.

Pode-se, ainda, afirmar que há um alto grau de fragilidade deste modelo brasileiro (latino-americano, na verdade) que baseia suas exportações em bens básicos, tendo uma parte considerável de sua indústria de capital externo. Isso ocorre porque o Brasil se torna altamente dependente dos preços dos produtos primários e das estratégias e interesses particulares das empresas estrangeiras. Assim, modificando-se a conjuntura mundial (os preços das *commodities* ou a disponibilidade por investimentos estrangeiros), estando o Brasil concentrado desta maneira em produtos básicos, não há muito que se possa fazer para evitar uma crise. O mais prudente a se fazer seria a diversificação, mas, para tanto, políticas incentivadoras ao capital privado nacional seriam necessárias para que investimentos fossem feitos em outras áreas que não as “commoditárias”.

REFERÊNCIAS

- ALTEMANI, Henrique. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMARAL, Hudson Fernandes. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, out./dez. 2005.
- BANCO MUNDIAL. **World databank**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em: 6 jul. 2011.
- BARBOSA, Rubens A. O Brasil e o comércio mundial. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro: FUNCEX, n. 37, p. 9-11, out./dez. 1993.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 3-27, 2003. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/90-1.pdf>>. Acesso: 3 out. 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Por que a poupança externa não promove crescimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000100001>. Acesso em: 10 out. 2011.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora. **Economia Internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CORREA, Paulo Guilherme. **Abertura comercial e reestruturação industrial no Brasil: deve o Brasil intervir?** BNDES/DEPEC, 1996.
- DE NEGRI, Fernanda. **Conteúdo tecnológico do comércio exterior brasileiro: o papel das empresas estrangeiras. Texto para discussão n. 1074**. Brasília: IPEA, 2005.
- FRITSCH, Winston; FRANCO, Gustavo H. B. Política comercial de competição e de investimento estrangeiro. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 8, n. 33, dez. 1992.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World economic outlook database**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 6 jul. 2011.
- FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-cultural**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2005.
- HIRATUKA, Célio. **Empresas transnacionais e comércio exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto de abertura econômica**. 2002. 128 f. Tese

(Doutorado em Política Econômica) – UNICAMP, Campinas, SP, 2002. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000276193>>. Acesso em: 3 out. 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Departamento de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior (DEPLA). **Evolução do comércio exterior brasileiro - 1950 a 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1486>>. Acesso em: 12 out. 2011.

O GLOBO. AEB eleva projeção de superávit comercial e alerta sobre dependência brasileira de preços de commodities. 20 jul. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/aeb-eleva-projecao-de-superavit-comercial-alerta-sobre-dependencia-brasileira-de-precos-de-commodities-2713196>>. Acesso em: 2 out. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Statistics database**. Disponível em: <<http://stat.wto.org>>. Acesso em: 6 jul. 2011.

PAIVA, Carlos A. N.; CUNHA, André M. **Noções de economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PINHEIRO, A. C.; ALMEIDA, G. Padrões setoriais da proteção na economia brasileira. **Texto para Discussão n. 355**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. 1. ed. São Paulo: Campus, 1993.

REVISTA INSTITUTO HUMANISTA UNISINOS (IHU). **Reprimarização faz economia brasileira retroceder**. 9 ago. 2010. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3405&secao=338>. Acesso em: 5 nov. 2011.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. A Institucionalidade da Política Industrial e Tecnológica: Problemas, Desafios, Propostas. In: Grupo de Estudos sobre a Organização da Pesquisa e da Inovação, 2007, São Paulo. **II Congresso Brasileiro de Inovação Na Indústria**, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/geopi/documentos/CBII_SuziganFurtado_VF_15.05.07.pdf>. Acesso em: 9 out. 2011.

VARIAN, Hal R. **Microeconomic Analysis**. 3. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1992.